

O novo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado — repercussões no sistema de saúde

PAULA LOBATO DE FARIA
SARA VERA JARDIM
JOÃO PEREIRA DA COSTA

Introdução à nova lei

A Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, publicada no Diário da República, I série, n.º 251, aprovou o novo «Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas». Este diploma revogou o Decreto-Lei n.º 48 051, de 21 de Novembro de 1967 que se encontrava muito desactualizado, não só à luz da Constituição (CRP) que entrou em vigor em 1976, bem como face a uma Administração Pública com uma dimensão e um enquadramento socio-económico muito diferentes dos que existiam aquando da sua publicação, há 40 anos atrás.

A lei citada entrou em vigor no dia 29 de Janeiro de 2008, aplicando-se aos casos em que existam pedidos de indemnização

(responsabilidade civil¹) contra o Estado e demais pessoas colectivas de direito público, por danos resultantes do exercício da função legislativa, jurisdicional e administrativa. Determina-se no artigo 1.º, n.º 1, do regime aprovado em anexo àquele diploma que ao exercício da função administrativa correspondem «as acções e omissões adoptadas no exercício de prerrogativas de poder público ou reguladas por disposições ou princípios de direito administrativo».

O novo regime (cfr. artigo 1.º, n.º 3, *ibid.*) abrange também a responsabilidade civil dos titulares de órgãos, funcionários e agentes públicos (em conformidade com os artigos 22.º e 271.º da CRP) por danos decorrentes de acções ou omissões adoptadas no exercício das funções administrativa e jurisdicional e por causa desse exercício (ou seja, excluindo os danos que estes trabalhadores tenham provocado

fora da sua qualidade de funcionários ou que não tenham relação com o cumprimento das suas funções). As disposições da lei são ainda extensíveis à responsabilidade civil dos demais trabalhadores ao serviço das entidades abrangidas, considerando-se aplicáveis a estas as referências feitas aos titulares de órgãos, funcionários e agentes (artigo 1.º, n.º 4, *ibid.*). O diploma aplica-se também à responsabilidade civil de pessoas colectivas de direito privado e respectivos trabalhadores, titulares de órgãos sociais, representantes legais ou auxiliares, por acções ou omissões que adoptem no exercício de prerrogativas de poder público ou que sejam reguladas por disposições ou princípios de direito administrativo.

As disposições referidas levam-nos a concluir que as normas do novo diploma se aplicam a todos aqueles que se encontram a trabalhar para entidades públicas ou para entidades privadas (em situações regidas pelo direito público), qualquer que seja o seu vínculo laboral. Estas normas respondem a algumas das lacunas do regime jurídico anterior, permitindo abranger as novas formas de vínculo dos trabalhadores ao serviço de entidades públicas, as quais incluem hoje o contrato individual de trabalho (figura paradigmática do direito privado), bem como as situações de recurso a parcerias público-privadas, práticas ainda não utilizadas ao tempo do DL 48 051.

¹ Freitas do Amaral (1989) relativamente ao termo «civil» neste contexto, alerta que este não se destina a «fazer referência a um certo ramo do direito, mas para significar que se trata de uma responsabilidade por perdas e danos, que se traduz na obrigação de indemnizar os prejuízos causados pela Administração aos particulares» (In AMARAL, Diogo Freitas do — Direito Administrativo. Vol. III. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1989. 474. (Edições AAFDUL).



Paula Lobato de Faria é professora associada de Direito da Saúde e Biodireito da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP-UNL).

Sara Vera Jardim detém um LL.M pela Universidade de Heidelberg e é doutoranda da ENSP-UNL.

João Pereira da Costa é licenciado em Direito e mestrando do Curso de Gestão da Saúde da ENSP-UNL.

Aplicação no Sistema de Saúde

Apesar da Lei n.º 67/2007 ser uma lei de alcance geral, procuramos neste comentário analisar de forma sumária as repercussões que a mesma tem no sector da saúde. De facto podemos considerar, à partida, que o diploma se aplica *grossomodo* à responsabilidade civil por danos decorrentes da prestação de cuidados de saúde ocorridos nas unidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde² ou contratadas por este (Sistema de Saúde³). Devido a uma maior abrangência do novo regime jurídico, este vem mesmo solucionar algumas das perplexidades que se colocavam no âmbito do regime jurídico agora revogado, sendo claro que se aplicará aos danos sofridos por parte de utentes/doentes nas seguintes situações:

- Estabelecimentos públicos de prestação de cuidados de saúde com gestão privada (e.g. Hospital Amadora Sintra);
- Entidades privadas envolvidas em PPPs (Parcerias Público Privadas);
- Profissionais de saúde com contrato individual de trabalho ao serviço de unidades de saúde públicas;
- Outras entidades ou profissionais contratados por alguma forma para prestar serviços a estabelecimentos públicos de prestação de cuidados.

De facto, ao abrigo do novo diploma todas estas situações se enquadram no regime público da responsabilidade civil extracontratual, com todos os benefícios que este regime jurídico actualizado traz (apesar de ser um regime geral e não específico para danos em unidades de saúde) na indemnização para as vítimas de danos sofridos no âmbito da prestação de cuidados de saúde no sector público.

À luz do diploma de 1967, agora substituído, a demonstração da responsabilidade civil do Estado e das demais pessoas colectivas públicas dependia da prova em tribunal de quatro pressupostos: 1) prática de um acto (voluntário e consciente) ilícito; 2) culpa de quem o praticou; 3) dano existente e 4) nexo de causalidade entre o acto ilícito culposo e o dano. Estes requisitos de prova para se obter uma indemnização são particularmente difíceis na área da saúde por circunstâncias ligadas não só às especificidades técnicas dos actos médicos, bem como à complexidade actual das organizações prestadoras de cuidados de saúde, pelo que os dados internacionais apontam para que a maioria das queixas em tribunal para obtenção de indemnização por danos provocados em serviços de saúde fica sem efeito⁴.

Esta constatação esteve na origem nomeadamente do *Patient Injury Act* (1987), lei que instituiu na Finlândia um sistema de responsabilidade objectiva para indemnização de danos sofridos em unidades de saúde⁵, o qual simplificou enormemente o processo de compensação por «danos ao doente» naquele país, presumindo-se a culpa e o nexo de causalidade em todos os casos em que ocorra um dano ligado à prestação de cuidados de saúde e prescindindo da acção em tribunal para se obter a indemnização.

O novo regime português da responsabilidade civil extracontratual do Estado não terá para a área da saúde em Portugal o impacto que teve o citado *Patient Injury Act*, desde logo devido a ter âmbito geral e não ser focado no dano ao doente, mas, também, porque não foi tão longe na facilitação da atribuição da indemnização como o diploma finlandês, exigindo-se ainda o recurso obrigatório ao tribunal para pedir a compensação por danos. Apesar disso, veremos no ponto seguinte como as novas regras da Lei n.º 67/2007 podem vir a facilitar o ressarcimento dos danos sofridos pelos utentes dos serviços públicos de saúde no nosso país.

A Lei n.º 67/2007 vem aligeirar o sistema de compensação por danos no âmbito da Administração Pública sob o ponto de vista processual sobretudo com duas inovações: ao nível da prova da culpa leve, que passa a presumir-se em caso de prática de acto ilícito e pela aceitação da «culpa funcional» ou «ilícito do serviço»⁶, o qual se torna finalmente fundamento para pedir indemnização. Conhecendo as características do funcionamento das organizações de saúde, não é difícil prever como estas duas novas regras poderão incrementar os pedidos de indemnização por danos no sistema de saúde e um aumento da sua taxa de sucesso.

Esta constatação esteve na origem nomeadamente do *Patient Injury Act* (1987), lei que instituiu na Finlândia um sistema de responsabilidade objectiva para indemnização de danos sofridos em unidades de saúde⁵, o qual simplificou enormemente o processo de compensação por «danos ao doente» naquele país, presumindo-se a culpa e o nexo de causalidade em todos os casos em que ocorra um dano ligado à prestação de cuidados de saúde e prescindindo da acção em tribunal para se obter a indemnização.

O que mudou em relação ao DL 48 051

Âmbito

O Decreto-Lei 48 051, de 21 de Novembro de 1967, em vigor até ao momento da revogação operada pela Lei n.º 67/2007, surgiu ao tempo em resultado de uma mudança de paradigma no que respeita à forma como se encarava o papel do Estado e das demais pessoas colectivas públicas.

Neste sentido, o reconhecimento da responsabilidade extracontratual do ente Público por ofensas aos direitos (não havia referência aos *interesses legalmente protegidos* como hoje sucede) ou a disposições legais destinadas a proteger terceiros em resultado de «*ilícitos culposamente praticados pelos respectivos órgãos ou agentes administrativos no exercício das suas funções e por causa desse exercício*», veio proteger os administrados perante a actividade do Estado e das demais pessoas colectivas públicas no âmbito da *gestão pública* (em contraposição a *gestão privada*, entendida como toda a actividade desenvolvida pela Administração no âmbito do Direito Privado). Consolidou-se, assim, pela primeira vez, a obrigação do Estado de indemnizar por danos causados no desempenho de actividades de *gestão pública*, entendendo-se por esta, de uma forma simplificada, o conjunto das

² Conceito consagrado pela base XII da Lei de Bases da Saúde (Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto).

³ *Ibid.*

⁴ Ver LOCALIO, A. R. *et al* — Relation between malpractice claims and adverse events due to negligence: results of the Harvard Medical Practice Study III. *The New England Journal of Medicine*. 325 : 4 (1991) 245-251 e KOKKONEN, P. — No fault liability and patient insurance : the Finnish patient injury law of 1986. *International Digest of Health Legislation*. 40 : 1 (1989).

⁵ FARIA, P. L. — Responsabilidade médica : o futuro do regime público na década de 90. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 9: 1 (1991) 9-22.

⁶ Ver e.g. SOUSA, Marcelo Rebelo de — «Responsabilidade das entidades públicas de saúde: culpa do agente ou culpa da organização?» in SANTOS, António Marques dos, *et al.* — *Direito da saúde e bioética*. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1996. Intervenções proferidas no II Curso de Direito de Saúde e Bioética, realizado por iniciativa conjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Escola Nacional de Saúde Pública, em Fevereiro de 1993. 145-187.

actividades desenvolvidas sob a égide do Direito Público ou na prossecução do interesse público⁷. A nova lei não recorre mais ao conceito de gestão pública, baseando o seu critério de aplicação à natureza jurídica (pública) da entidade ou a situações de subordinação a normas de direito público, tal como vimos atrás.

À luz do DL 48 051, agora revogado, a responsabilidade civil extracontratual do Estado e das demais pessoas colectivas públicas por actos de gestão pública baseava-se essencialmente na responsabilidade por facto ilícito culposo (responsabilidade subjectiva, cfr. artigos 2.º e 3.º *ibid.*) sendo a responsabilidade fundada no risco (responsabilidade objectiva) apenas residual. Apesar de se afirmar que «o Estado e as demais pessoas colectivas públicas respondem pelos prejuízos especiais e anormais resultantes do funcionamento de serviços administrativos excepcionalmente perigosos ou de coisas e actividades da mesma natureza» (cfr. artigo 8.º, *ibid.*), o decreto-lei de 1967 era esclarecedor quanto ao carácter excepcional destas situações, exigindo a verificação da imposição de «encargos ou (...) prejuízos especiais ou anormais» (cfr. artigo 9.º, n.ºs 1 e 2, *ibid.*).

O novo regime, por sua vez, mantém a distinção entre responsabilidade por facto ilícito e responsabilidade pelo risco, merecendo, no entanto, destaque o esforço do legislador no sentido da clarificação e especificação do que se deve entender por encargos especiais e encargos anormais, algo que não sucedia anteriormente. Nos termos do artigo 2.º (*ibid.*) são especiais os encargos que «incidem sobre uma pessoa ou um grupo, sem afectarem a generalidade das pessoas» e anormais aqueles que «ultrapassando os custos próprios da vida em sociedade, mereçam, pela sua gravidade, a tutela do direito». De subli-

nar ainda a previsão da responsabilidade por danos decorrentes de actividades, coisas ou serviços administrativos especialmente perigosos (artigo 11.º, *ibid.*) independentemente da qualificação dos danos como «especiais ou anormais».

Ilicitude

A existência de um ilícito é o primeiro pressuposto fundamental para aferir da eventual responsabilidade extracontratual do Estado e demais pessoas colectivas. No que concerne a ilicitude, diremos em geral que a mesma consubstancia a violação de direitos ou interesses legalmente protegidos, o que, aliás, traduz a função ressarcidora do instituto da responsabilidade civil, justificando-o.

De acordo com o objectivo geral de clarificação do regime, a ilicitude surge tipificada no artigo 9.º do regime anexo à Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, em preceito autónomo daquele que regula a culpa. A ilicitude é aqui considerada uma violação de disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares, ou por uma infracção de regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado, resultando, agora, expressamente da lei que a ilicitude de uma conduta pode decorrer tanto de uma acção como de uma omissão dos titulares de órgãos, funcionários e agentes. O diploma de 1967 não considerava a possibilidade de a ilicitude de uma conduta resultar por via de uma omissão, ou seja, de um comportamento de abstenção em relação à concretização de acto cuja consumação deveria ocorrer, havendo neste aspecto uma clara evolução operada pelo diploma de 2007, em conformidade com o artigo 486.º do Código Civil (responsabilidade civil por omissão).

Em relação ao anterior regime, o novo diploma procedeu a uma ordenação hierárquica dos tipos de normas cuja violação origina a responsabilidade (princípios constitucionais, legais ou regulamentares, regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado). O diploma estabelece também, de forma mais clara, que a violação dos «deveres objectivos de cuidado» pode originar a responsabilização pelos danos (cfr. artigo 9.º, *ibid.*) concretizando e actualizando a anterior referência legal de «prudência comum» (cfr. artigo 6.º do DL 48 501), conceito de natureza mais lata e indeterminada. Este ponto é parti-

cularmente relevante no sector da saúde onde não só as normas técnicas (*leges artis*) mas também o cumprimento de deveres objectivos de cuidado são o enquadramento essencial da actividade dos seus profissionais. Prever-se que a violação dos deveres objectivos de cuidado constitui um acto ilícito atinge assim, de forma muito concreta os casos de responsabilidade médica.

Deve ainda destacar-se a consagração do «ilícito do serviço» (ou «culpa funcional») no artigo 9.º, n.º 2, o qual vem resolver uma questão antiga e pouco clara ao abrigo do anterior regime. O chamado «ilícito do serviço» corresponde ao que o legislador designa como um funcionamento anormal do serviço e ocorre sempre que, «atendendo às circunstâncias e a padrões médios de resultado, fosse razoavelmente exigível ao serviço uma actualização susceptível de evitar os danos produzidos» (cfr. artigo 7.º, n.º 4, *ibid.*). Trata-se da consagração de um critério misto que atende não só a um padrão de funcionamento médio, como às circunstâncias de cada caso concreto.

No caso de «ilícito do serviço» ou «culpa funcional», a responsabilidade é exclusiva do Estado e demais pessoas colectivas de direito público (n.º 3, *ibid.*). Trata-se de outro domínio com particular relevância no direito médico e na responsabilidade civil das organizações de saúde prestadoras de cuidados. Ainda que não seja possível provar a «culpa» de um, ou mais profissionais determinados, o estabelecimento de saúde, ou pessoa colectiva responsável, deverão ressarcir a vítima de danos «desrazoáveis». Com esta norma a nova lei alarga substancialmente a possibilidade de obtenção de uma indemnização por danos ocorridos no sistema de saúde, onde a maior parte das vezes a «culpa» se dilui num funcionamento que depende de múltiplos factores e de uma enorme diversidade de variáveis, muitas vezes aleatórias e não sendo da responsabilidade directa de alguém em particular.

Culpa

Em relação à aferição da culpa do agente dentro da responsabilidade extracontratual o DL 48 051 remeta para o Código Civil, mais concretamente para o seu artigo 487.º o qual assume como padrão o comportamento do «bonus pater familias» ou seja, do «homem médio», não havendo

⁷ AMARAL, Diogo Freitas do — Curso de Direito Administrativo. 2.ª ed. vol. I. Coimbra: Almedina, 2002; «a 'gestão pública' será a actividade da Administração desenvolvida sob a égide do Direito Administrativo» p. 138. «São actos de gestão pública os que se compreendem no exercício de um poder público, integrando eles mesmos a realização de uma função pública da pessoa colectiva, independentemente de envolvem ou não o exercício de meios de coação, e independentemente ainda das regras, técnicas ou de outra natureza, que na prática dos actos devam ser observadas.» p. 139, *ibid.*

lugar a qualquer presunção de culpa, nem mesmo de culpa leve se o acto fosse considerado ilícito.

De acordo com o artigo 10.º, n.º 1, do regime agora aprovado, considera-se que a culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes «deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor», pelo que o critério de apreciação da culpa se afasta da tradicional formulação, meramente abstracta, que assumia como padrão «o homem médio», para se aproximar de uma formulação mais concreta, balizada agora por critérios de diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso.

Aplicando este conceito no sector da saúde, diremos que mais do que apurar o que faria um profissional de saúde médio, interessa agora averiguar as circunstâncias de cada caso para aferir da sua culpabilidade ou não. Interessa avaliar, por exemplo, a posição, qualificações, grau do profissional de saúde envolvido, os meios técnicos ao seu dispor, as condições concretas em que actuava.

Traduzindo sempre a «culpa» um comportamento censurável do agente que cometeu o acto ilícito, à mesma correspondem, no entanto, diferentes graus de censurabilidade. O regime da responsabilidade extracontratual do Estado distingue três tipos possíveis de culpa imputáveis aos titulares de órgãos, funcionários e agentes, a saber: dolo, diligência e zelo manifestamente inferiores aos exigidos em função do cargo, e culpa leve. O apuramento do grau de culpa permite não só determinar quem responde pelos danos causados, isto é, o Estado, o agente, ou o Estado solidariamente com o agente, bem como, em momento posterior, o funcionamento do direito de regresso. Assim, se o titular do órgão, funcionário ou agente cometeu a infracção, no exercício das suas funções e por causa desse exercício:

- (1) com **culpa leve**, a responsabilidade é exclusiva do Estado (artigo 7.º, n.º 1 do regime anexo à Lei 67/2007);
- (2) com **dolo ou diligência e zelo manifestamente inferiores aos exigidos em função do cargo**, a responsabilidade é solidária do Estado com o titular do órgão, funcionário ou agente (art.º 8.º, n.º 1 e 2 *ibid.*).

Se, pelo contrário, o titular do órgão, funcionário ou agente cometeu a infracção fora do exercício das suas funções e independentemente desse exercício a responsabilidade é exclusiva do agente (cfr. artigo 8.º n.º 2 *a contrario sensu*).

Por sua vez, como já havíamos mencionado, o n.º 2 do artigo 10.º da nova lei consagra uma alteração legal de grande relevo, dispondo que basta que se prove que existiu um acto ilícito para que se presume a culpa leve. No fundo, sempre que um queixoso consiga provar ter havido uma violação de disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares, ou ainda, de regras técnicas (*leges artis*) ou de deveres objectivos de cuidado, a culpa leve do agente presume-se, ficando então nas mãos deste último, se assim o entender, a prova de que não agiu ilicitamente, ou seja, de que não violou qualquer princípio, norma ou dever de cuidado. Trata-se da estipulação de um caso de inversão do ónus da prova com a estatuição objectiva de uma presunção *juris tantum*.

Se extrapolarmos esta nova regra para o sector da responsabilidade civil por danos causados em unidades do sistema de saúde, este regime significa que basta, por exemplo, provar uma violação das *leges artis* ou de deveres objectivos de cuidado para que a culpa (leve) se presume, o que constitui uma mudança de paradigma, atenuando as já aqui citadas tradicionais dificuldades de prova no domínio médico.

A Lei n.º 67/2007 consagra ainda expressamente que, o incumprimento de deveres de vigilância faz presumir uma culpa leve (cfr. artigo 9.º, n.º 1), presunção que no fundo vem trazer para o direito público a regra do direito civil⁸ que estipula uma responsabilidade objectiva nos casos em que existam danos provocados por situações em que se deu uma violação do dever especial de vigilância. Esta regra aplica-se com muita acuidade aos estabelecimentos do foro psiquiátrico, os quais têm um dever acrescido de garantia da segurança e vigilância dos doentes mentais.

Direito de regresso e garantias de indemnização

No que respeita ao exercício do direito de regresso o anterior regime cingia o exercício deste às situações em que fosse efec-

tivamente declarada⁹ a responsabilidade civil extracontratual do Estado ou das demais pessoas colectivas públicas, originando, portanto, um direito indemnizatório na esfera jurídica do lesado. Assim, e nestas circunstâncias apenas, poderia haver lugar a acção de regresso «*contra os titulares dos órgãos ou os agentes culpados, se estes houverem procedido com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se achavam obrigados em razão do cargo*» (artigo 2.º, n.º 2, do DL 48 051).

À luz do novo regime o exercício do direito de regresso, do Estado ou outra pessoa colectiva contra o titular do órgão, funcionário ou agente, é obrigatório nos casos em que o Estado ou pessoa colectiva, satisfaça créditos indemnizatórios decorrentes:

- De uma acção ou omissão dolosa ou com culpa grave dos seus titulares de órgãos, funcionários ou agentes, no exercício das suas funções e por causa desse exercício (artigos 6.º e 8.º, n.º 3 do regime anexo à lei n.º 67/2007).
- De um comportamento ilícito, sem que tenha sido apurado o grau de culpa do titular de órgão, funcionário ou agente (*ibid.*, n.º 4), caso se venha posteriormente, a apurar que existiu uma actuação dolosa ou com diligência e zelo manifestamente inferiores aos exigidos em função do cargo.

⁹ Neste sentido, o Acórdão do STA n.º 0561/05 de 07-07-2005 esclarecia «*Deste modo, e de acordo com os transcritos preceitos, aquelas entidades (designadamente os Hospitais) respondem, directa e exclusivamente, perante os lesados pelos danos resultantes de actos ilícitos praticados culposamente pelos respectivos órgãos ou agentes no exercício das suas funções e por causa desse exercício, podendo, no entanto, posteriormente, exercer o direito de regresso no caso desses órgãos ou agentes terem procedido com diligência ou zelo manifestamente inferiores àqueles a que se achavam obrigados em razão do seu cargo, isto é, no caso de terem agido com culpa grave. Todavia, se as lesões tiverem sido provocadas pela prática de um acto doloso as referidas entidades, apesar de continuarem civilmente responsáveis pelos danos dele decorrentes, dividem essa responsabilidade, solidariamente, com o órgão ou agente que praticou o acto, o que significa que a acção de indemnização pode ser proposta contra o ente público, contra o agente responsável ou contra ambos conjuntamente.*»

⁸ Art. 491.º do Código Civil.

<p>Neste último caso, o apuramento do grau de culpa do titular de órgão, funcionário ou agente deve ser feito no mesmo processo que deu causa e decidiu a acção de responsabilidade (cfr. artigo 8.º, n.º 4, <i>ibid.</i>).</p> <p>No artigo 3.º da Lei n.º 67/2007, consagra-se uma clarificação e reforço das garantias relativamente à satisfação do crédito indemnizatório, tendo sempre em vista um aumento da protecção do lesado. Assim, quando haja lugar ao pagamento de indemnizações devidas por pessoas colectivas pertencentes à administração indirecta do Estado ou à administração autónoma e este não venha a acontecer espontaneamente, o crédito indemnizatório pode, mediante certos requisitos, vir a ser satisfeito por conta da dotação orçamental inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF). Apesar de possível, este pagamento é admitido apenas a título subsidiário quando, esgotadas as vias processuais normais oferecidas ao lesado para obter a execução do seu crédito, não tenha, ainda assim, sido possível obter o respectivo pagamento junto da entidade responsável.</p> <p>Nestes casos, o Estado goza, contudo, do direito de regresso sobre a entidade responsável, a que acrescem os juros de mora. O exercício do direito de regresso encontra-se também facilitado, através da possibilidade de opção entre os três tipos seguintes de procedimento possível (cfr. artigo 3.º, n.º 4 <i>ibid.</i>):</p> <p>«a) Desconto nas transferências a efectuar para a entidade em causa no Orçamento do Estado do ano seguinte;</p> <p>b) Tratando-se de entidade pertencente à Administração indirecta do Estado, pela inscrição oficiosa no respectivo orçamento privativo pelo órgão tutelar ao qual caiba a aprovação do orçamento; ou</p>	<p>c) Acção de regresso a intentar no tribunal competente.»</p> <p>Impacto na gestão do sistema de saúde</p> <p>Ainda é muito cedo para poder aferir o impacto que o novo regime da responsabilidade extracontratual do Estado poderá ter no sector da saúde, no entanto, tendo em conta as novas regras que apontam para uma facilitação da prova em tribunal por parte das vítimas de danos sofridos no sector público em geral e, sendo o sistema de saúde ainda de natureza jurídica maioritariamente pública, são de prever algumas repercussões ao nível das unidades do sistema de saúde, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Aumento das acções de responsabilidade civil contra os estabelecimentos, titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes; – Maior taxa de sucesso destas acções, com consequente aumento de pagamentos de indemnizações por parte dos estabelecimentos públicos prestadores de cuidados; – Despoletar das acções de direito de regresso contra titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes por parte daqueles mesmos estabelecimentos; – Aumento da medicina «defensiva»; – Incentivo ao aumento da qualidade da prestação de cuidados de saúde (através, por exemplo, de mecanismos de certificação dos serviços de saúde e de unidades de «<i>risk management</i>») como forma de reduzir os riscos, evitando os fundamentos para futuras acções judiciais. <p>O sucesso do sistema do <i>Patient Injury Act</i> na Finlândia deveu-se essencialmente ao facto deste ter sido precedido por um acordo celebrado entre o Governo e todas</p>	<p>as seguradoras do país, no sentido destas formarem uma associação em que o prémio dos seguros celebrados com o Estado para pagar as indemnizações das vítimas de danos em estabelecimentos de saúde pudesse ser ajustado ao sector público e não atingir um custo demasiado alto para o dinheiro dos contribuintes.</p> <p>No entanto, em Portugal, à luz de um regime que aparentemente beneficia o cidadão no ressarcimento dos danos de que seja vítima, duas perguntas ficam no ar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Não será o cidadão quem em última análise irá pagar a factura do novo regime público de responsabilidade civil extracontratual dada a ausência de uma partilha com as seguradoras no âmbito da responsabilidade civil no sector público? 2) O sistema de saúde, onde normalmente um dano significa uma morte ou uma incapacidade grave, dada a natureza dos serviços públicos que presta, implicando por isso o pagamento de indemnizações onerosas por parte das suas entidades, não deveria obrigatoriamente partilhar o risco através de contratos de seguro, sob pena das suas administrações poderem ficar em situações de débito grave, minando uma optimização na gestão dos recursos numa área tão essencial, mas de tanto risco como é a saúde? <p>Precedido de polémica e de um veto presidencial, o novo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado vai começar a ser aplicado pelos advogados e tribunais deste país. Veremos o que a prática causídica e, sobretudo, o comportamento dos utentes, profissionais e administradores das organizações de saúde nos trarão como evidências das potenciais repercussões da Lei n.º 67/2007 no sistema de saúde.</p>
--	---	--

Legislação

1. Acessibilidade

V. *Deficientes*.

2. Acesso ao direito e aos tribunais

PORTARIA n.º 10/2008, DR Série I. 2 (2008-01-03).

Regulamenta a lei do acesso ao direito e aos tribunais, aprovada pela Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto.

PORTARIA n.º 11/2008, DR Série I. 2 (2008-01-03).

Aprova os novos modelos de requerimento de protecção jurídica.

PORTARIA n.º 210/2008, DR Série I. 43 (2008-02-29).

Altera a Portaria n.º 10/2008, de 3 de Janeiro, que regulamenta o regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais, aprovado pela Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto.

PORTARIA n.º 220-A/2008, DR Série I, Suplemento. 45 (2008-03-04).

Cria uma secretaria-geral designada por Balcão Nacional de Injunções (BNI).

ACÓRDÃO n.º 46/2008, Tribunal Constitucional, DR Série II. 45 (2008-03-04).
Julga inconstitucionais as normas constantes do anexo à Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, conjugado com os artigos 6.º a 10.º da Portaria n.º 1085-A/2004, de 31 de Agosto, alterada pela Portaria n.º 288/2005, de 21 de Março, interpretadas no sentido de que determinam que seja considerado para efeitos do cálculo do rendimento relevante do requerente do benefício de apoio judiciário o rendimento do seu agregado familiar sem permitir em concreto aferir da real situação económica do requerente

V. *Julgados de paz e Mediação penal*.

3. Acidentes de trabalho

PORTARIA n.º 74/2008, DR Série I. 17 (2008-01-24).

Procede à actualização anual das pensões de acidentes de trabalho.

V. *Tabela Nacional de Incapacidades*.

4. Acidente Vascular Cerebral

ANÚNCIO (extracto) n.º 7790/2007, Associação Portuguesa do Acidente Vascular Cerebral, DR Série II. 220 (2007-11-15).

Constituição da associação APAVC — Associação Portuguesa do Acidente Vascular Cerebral.

5. Acordos internacionais

V. *Direitos humanos, Patentes, Regulamento sanitário internacional, Segurança social e Tráfico de seres humanos*.

6. Actividades económicas

DECRETO-LEI n.º 381/2007, DR Série I. 219 (2007-11-14).

Aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3.

7. Administração Pública

PORTARIA n.º 1499-A/2007, DR Série I, I Suplemento. 224 (2007-11-21).

Regime das Comunicações Obrigatórias à GerRAP e Restantes Deveres de Colaboração dos Serviços no Âmbito da Gestão de Mobilidade Especial.

ACÓRDÃO n.º 551/2007, Tribunal Constitucional, DR Série I. 232 (2007-12-03).
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do artigo 229.º, n.º 2, da Constituição, da

norma constante do artigo 41.º, n.º 1, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública, visando o seu aproveitamento racional, na parte em que se refere à administração regional.

LEI n.º 67-B/2007, DR Série I, 3.º Suplemento. 251 (2007-12-31).

Consagra a obrigatoriedade da publicação anual de uma lista de credores da administração central.

PORTARIA n.º 30-A/2008, DR Série I, Suplemento. 7 (2008-01-10).

Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e pensões de aposentação e de sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

DESPACHO n.º 1872/2008, Ministro das Finanças e da Administração Pública, DR Série II. 12 (2008-01-17).

Despacho do Ministro de Estado e das Finanças que determina a extinção do grupo de trabalho — Entidade Gestora da Mobilidade.

LEI n.º 11/2008, DR Série I. 36 (2008-02-20).

Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que torna extensivo o regime de mobilidade especial aos trabalhadores com contrato individual de trabalho, procede à vigésima sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, que consagra o Estatuto da Aposentação, procede à segunda alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro, procede à primeira alteração à Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, e cria a protecção no desemprego de trabalhadores da Administração Pública.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 34/2008, DR Série I. 38 (2008-02-22).

<p>Aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas.</p> <p>LEI n.º 12/2008, DR Série I. 40 (2008-02-26).</p> <p>Primeira alteração, e republicação, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais.</p> <p>LEI n.º 12-A/2008, DR Série I, Suplemento. 41 (2008-02-27).</p> <p>Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas</p> <p>DESPACHO n.º 6871-B/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública, DR Série II, 2.º Suplemento. 48 (2008-03-07).</p> <p>Aprova a minuta própria a utilizar nos contratos de empréstimo concedidos ao abrigo do Programa Pagar a Tempo e Horas.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 40/2008, DR Série I. 49 (2008-03-10).</p> <p>Altera o Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, que cria a bolsa de emprego público.</p> <p>PORTARIA n.º 238-A/2008, DR Série I, Suplemento. 53 (2008-03-14).</p> <p>Regulamenta a Lei n.º 67-B/2007, de 31 de Dezembro, que consagra a obrigatoriedade de publicação anual de uma lista de credores da administração central do Estado.</p> <p>V. <i>ADSE, Avaliação do desempenho, Aposentações, Certificados de reforma, Deficientes, Protecção de dados pessoais e Regiões autónomas.</i></p> <p>8. Administrações regionais de saúde</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 2032/2007, Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., DR Série II. 198 (2007-10-15).</p> <p>Delegação de competências em cada membro do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 2033/2007, Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., DR Série II. 198 (2007-10-15).</p>	<p>Subdelegação de competências nos membros do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.</p> <p>DELIBERAÇÃO (extracto) n.º 85/2008, Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., DR Série II. 5 (2008-01-08).</p> <p>Nomeação do coordenador da equipa regional de apoio e acompanhamento à reforma na Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.</p> <p>V. <i>Delegação de competências, Empreitadas e Ministério da Saúde.</i></p> <p>9. ADSE</p> <p>AVISO n.º 19855/2007, ADSE, DR Série II. 199 (2007-10-16).</p> <p>Adesão de novos prestadores de cuidados de saúde.</p> <p>AVISO n.º 748/2008, ADSE, DR Série II. 6 (2008-01-09).</p> <p>Alterações de convenções com prestadores de cuidados de saúde.</p> <p>AVISO n.º 749/2008, ADSE, DR Série II. 6 (2008-01-09).</p> <p>Adesão de novos prestadores de cuidados de saúde.</p> <p>10. Advogados</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 2511/2007, Ordem dos Advogados, DR Série II. 249 (2007-12-27).</p> <p>Aprova a tradução na língua portuguesa do Código de Deontologia dos Advogados Europeus, originalmente adoptado na sessão plenária do Conseil des Barreaux européens (CCBE) de 28 de Outubro de 1988 e subsequentemente alterado nas sessões plenárias do CCBE de 28 de Novembro de 1998, de 6 de Dezembro de 2002 e de 19 de Maio de 2006. Revoga o Regulamento n.º 25/2001, de 22 de Novembro.</p> <p>11. Agentes biológicos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 332/2007, DR Série I. 194 (2007-10-08).</p> <p>Altera o Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2006/50/CE, da</p>	<p>Comissão, de 29 de Maio, que altera os anexos IV-A e IV-B da Directiva n.º 98/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro, e 2006/140/CE, da Comissão, de 20 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 98/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Fevereiro, com o objectivo de incluir a substância activa fluoreto de sulfúrio no seu anexo I.</p> <p>12. Agentes químicos</p> <p>V. <i>Ambiente.</i></p> <p>13. Água</p> <p>PORTARIA n.º 1450/2007, DR Série I. 217 (2007-11-12).</p> <p>Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.</p> <p>14. Álcool</p> <p>V. <i>Condução sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas.</i></p> <p>15. Alimentos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 328/2007, DR Série I. 193 (2007-10-08).</p> <p>Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2005/6/CE, da Comissão, de 26 de Janeiro, que altera a Directiva n.º 71/250/CEE no que diz respeito à apresentação e interpretação de resultados analíticos exigidos para o controlo oficial dos alimentos para animais.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 350/2007, DR Série I. 202 (2007-10-19).</p> <p>Estabelece o quadro legal relativo à produção e comercialização do sal destinado a fins alimentares.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 365/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02).</p> <p>Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/142/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro, com redacção dada por rectificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 3, de 6 de Janeiro de 2007, que altera o anexo iii-A da Directiva n.º 2000/13/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabeleceu a lista dos ingredientes que devem</p>
---	---	---

ser mencionados, em todas as situações, na rotulagem dos géneros alimentícios, alterando pela sexta vez o Decreto-Lei n.º 560/99, de 18 de Dezembro, relativo à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final.

DECRETO-LEI n.º 378/2007, DR Série I. 217 (2007-11-12).

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 175/2007, de 8 de Maio, que estabeleceu as regras de execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (CE) n.º 1935/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro, relativo aos materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os alimentos.

DECRETO-LEI n.º 9/2008, DR Série I. 9 (2008-01-14).

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2000, de 25 de Maio, que estabelece os critérios de pureza a que devem obedecer os edulcorantes, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/128/CE, da Comissão, de 8 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 95/31/CE, da Comissão, de 5 de Julho, que estabelece os critérios de pureza específicos dos edulcorantes que podem ser utilizados nos géneros alimentícios.

PORTARIA n.º 72/2008, DR Série I. 16 (2008-01-23).

Define as normas técnicas, as características e as condições a observar na produção, valorização e comercialização do sal alimentar.

DECRETO-LEI n.º 27/2008, DR Série I. 38 (2008-02-22).

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/29/CE, da Comissão, de 30 de Maio de 2007, relativa à rotulagem, publicidade e apresentação dos alimentos destinados a serem utilizados em dietas de restrição calórica para redução de peso, alterando o Decreto-Lei n.º 226/99, de 22 de Junho, que estabelece o regime jurídico aplicável aos alimentos para fins nutricionais específicos, destinados a serem utilizados em dietas de restrição calórica para redução do peso e como tal apresentados

DECRETO-LEI n.º 33/2008, DR Série I. 39 (2008-02-25).

Procede à quinta alteração do Decreto-Lei n.º 121/98, de 8 de Maio, e à terceira alte-

ração do Decreto-Lei n.º 394/98, de 10 de Dezembro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho, que altera a Directiva n.º 95/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro, relativa aos aditivos alimentares com excepção dos corantes e dos edulcorantes, e a Directiva n.º 94/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Junho, relativa aos edulcorantes para utilização nos géneros alimentícios.

DECRETO-LEI n.º 53/2008, DR Série I. 59 (2008-03-25).

Estabelece o regime jurídico aplicável aos géneros alimentícios para utilização nutricional especial que satisfaçam os requisitos específicos relativos aos lactentes e crianças de pouca idade saudáveis e destinados a lactentes em fase de desmame e a crianças de pouca idade em suplemento das suas dietas e ou adaptação progressiva à alimentação normal, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/125/CE, da Comissão, de 5 de Dezembro.

DECRETO-LEI n.º 62/2008, DR Série I. 63 (2008-03-31).

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/19/CE, da Comissão, de 2 de Abril, que altera a Directiva n.º 2002/72/CE, da Comissão, de 6 de Agosto, relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, e a Directiva n.º 85/572/CEE, do Conselho, de 19 de Dezembro, que fixa a lista dos simuladores a utilizar para verificar a migração dos constituintes dos materiais e objectos em matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, e revoga o Decreto-Lei n.º 197/2007, de 15 de Maio.

V. *Saúde animal*.

16. Alto Comissariado da Saúde

PORTARIA n.º 1418/2007, DR Série I. 209 (2007-10-30).

Aprova o Regulamento dos Programas de Apoio Financeiro a Atribuir pelo Alto Comissariado da Saúde (ACS).

V. *Ministério da Saúde*.

17. Ambiente

DECRETO-LEI n.º 351/2007, DR. Série I. 204 (2007-10-23).

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro, estabelecendo valores alvo para as concentrações de arsénio, cádmio, mercúrio, níquel e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente.

PORTARIA n.º 1434/2007, DR Série I. 213 (2007-11-06).

Aprova as directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, de localização excepcional, de localização e operacionalidade relativas e de estado deficiente de conservação para efeitos de avaliação dos prédios urbanos.

DESPACHO n.º 27707/2007, Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Saúde, DR Série II. 237 (2007-12-10).

Implementação do Regulamento REACH.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 1/2008, DR Série I. 3 (2008-01-04).

Aprova o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) relativo ao período de 2008-2012, designado por PNALE II, bem como as novas metas 2007 do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006) e revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2005, de 3 de Março, que aprovou o PNALE relativo ao período de 2005-2007.

DECRETO-LEI n.º 35/2008, DR Série I. 41 (2008-02-27).

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

V. *Água, Produtos fitofarmacêuticos, Regiões autónomas, Resíduos e Substâncias perigosas*.

18. Aposentações

DECRETO-LEI n.º 377/2007, DR Série I. 216 (2007-11-09).

Altera a composição das juntas médicas e das comissões de verificação no âmbito da segurança social e uniformiza os procedimentos de verificação de incapacidades no âmbito da Caixa Geral de Aposentações e da segurança social, alterando os Decretos-Leis n.ºs 498/72, de 9 de Dezembro, e 360/97, de 17 de Dezembro, e o Decreto Regulamentar n.º 41/90, de 29 de Novembro.

DECRETO REGULAMENTAR n.º 1/2008, DR Série I. 7 (2008-01-10).

Define a composição e competências do conselho médico do sistema de verificação de incapacidade permanente da Caixa Geral de Aposentações, I. P.

PORTARIA n.º 96-A/2008, DR Série I, Suplemento. 21 (2008-01-30).

Fixa em (euro) 25 a taxa prevista no n.º 5 do artigo 95.º do Estatuto da Aposentação.

PORTARIA n.º 96-B/2008, DR Série I, Suplemento. 21 (2008-01-30).

Define os aspectos procedimentais necessários à integral execução do Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de Novembro, estabelecendo a forma de colaboração do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), no sistema de verificação de incapacidade permanente da Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA).

DESPACHO n.º 3942/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública, DR Série II. 33 (2008-02-15).

Despacho conjunto que nomeia os membros do conselho directivo da Caixa Geral de Aposentações, I. P.

V. Administração Pública.

19. Aprendizagem ao longo da vida

DECRETO-LEI n.º 357/2007, DR Série I. 208 (2007-10-29).

Regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 117/2007, de 28 de Dezembro.

DESPACHO n.º 29856/2007, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação DR Série II. 249 (2007-12-27). É aprovado o regulamento do procedimento de acreditação de avaliadores externos no âmbito dos Centros Novas Oportunidades.

DECRETO-LEI n.º 396/2007, DR Série I. 251 (2007-12-31).

Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 22/2008, DR Série I. 27 (2008-02-07).

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2007, de 9 de Maio, que cria a estrutura de missão Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

PORTARIA n.º 230/2008, DR Série I. 48 (2008-03-07).

Define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro, e revoga a Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho.

20. Armas químicas

LEI n.º 66/2007, DR Série I. 229 (2007-11-28).

Aprova a lei relativa à implementação da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a Sua Destruição.

21. ASAE

PORTARIA n.º 244/2008, DR Série I. 59 (2008-03-25).

Aprova as taxas e os montantes relativos a actos e serviços prestados pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

22. Assistência na doença

PORTARIA n.º 1393/2007, DR Série I. 206 (2007-10-25).

Estabelece o regime aplicável aos beneficiários extraordinários da assistência na

doença aos militares das Forças Armadas. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 115-A/2007, de 24 de Dezembro.

PORTARIA n.º 1394/2007, DR Série I. 206 (2007-10-25).

Regula a assistência em caso de acidentes de serviço e doenças profissionais dos militares das Forças Armadas. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 115-B/2007, de 24 de Dezembro.

PORTARIA n.º 1395/2007, DR Série I. 206 (2007-10-25).

Regula a assistência na doença aos beneficiários titulares da assistência na doença aos militares das Forças Armadas colocados no estrangeiro bem como aos beneficiários familiares que com eles se encontrem. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 115-E/2007, de 24 de Dezembro.

PORTARIA n.º 1396/2007, DR Série I. 206 (2007-10-25).

Regula o regime dos acordos para a prestação de cuidados de saúde aos beneficiários da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM). Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 115-D/2007, de 24 de Dezembro.

PORTARIA n.º 1620/2007, DR Série I. 248 (2007-12-26).

Define o regime jurídico aplicável aos beneficiários extraordinários dos sistemas de assistência na doença ao pessoal ao serviço da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

23. Associações

PORTARIA n.º 1441/2007, DR Série I. 214 (2007-11-07).

Indica as conservatórias competentes para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações.

PORTARIA n.º 243/2008, DR Série I. 57 (2008-03-20).

Alarga a várias conservatórias a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações.

V. Ordens profissionais.

24. Avaliação do desempenho

LEI n.º 66-B/2007, DR Série I, Suplemento. 250 (2007-12-28).

Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública.

PORTARIA n.º 1633/2007, DR Série I. 251 (2007-12-31).

Aprova os modelos de fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho.

25. Base de dados de perfis de ADN

LEI n.º 5/2008, DR Série I. 30 (2008-02-12).

Aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal.

26. Benefícios fiscais

PORTARIA n.º 13/2008, DR Série I. 3 (2008-01-04).

Aprova a declaração modelo n.º 25 e respectivas instruções de preenchimento (benefícios fiscais).

V. Deficientes.

27. Bolsas de estudo

V. Médicos.

28. Bombeiros

DECRETO-LEI n.º 49/2008, DR Série I. 53 (2008-03-14).

Regula a criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses.

PORTARIA n.º 104/2008, DR Série I. 25 (2008-02-05).

Determina que o Programa Permanente de Cooperação, a vigorar no ano de 2008, terá um valor global único que resulta da adição dos subsídios atribuídos às associações humanitárias de bombeiros (AHB).

29. Centros de saúde

DESPACHO (extracto) n.º 24 102/2007, Administração Regional de Saúde do

Norte, I. P., DR Série II. 203 (2007-10-22).

Nomeação do director do Centro de Saúde da Póvoa de Varzim.

DESPACHO n.º 29 857/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 249 (2007-12-27).

Aprova a proposta da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., que determina a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Ovar, cessando na mesma data a actividade do Serviço de Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar.

DESPACHO n.º 29 858/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 249 (2007-12-27).

Aprova a proposta da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., que determina a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Cantanhede, cessando na mesma data a actividade do Serviço de Urgência do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, Cantanhede.

DESPACHO n.º 662/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 4 (2008-01-07).

Determina a criação de uma consulta não programada para casos agudos do foro ambulatório no Hospital Distrital do Fundão, sob a responsabilidade do Centro de Saúde, a partir do dia 2 de Janeiro de 2008, inclusive.

DESPACHO n.º 663/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 4 (2008-01-07).

Aprova a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de São Pedro do Sul a partir do dia 2 de Janeiro de 2008, inclusive, cessando, na mesma data, a actividade do Serviço de Atendimento Permanente.

DESPACHO n.º 918/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 5 (2008-01-08).

Aprova a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Alijó, a partir do dia 27 de Dezembro de 2007, inclusive, cessando, na mesma data, a actividade do Serviço de Atendimento Permanente.

DESPACHO n.º 919/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 5 (2008-01-08).

Aprova a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Vila Pouca de Aguiar, a partir do dia 27 de Dezembro de 2007, inclusive, cessando, na mesma data, a actividade do Serviço de Atendimento Permanente.

DESPACHO n.º 920/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 5 (2008-01-08).

Determina a criação de uma consulta não programada para casos agudos do foro ambulatório no Hospital de José Luciano de Castro, Anadia, sob a responsabilidade do Centro de Saúde de Anadia, a partir do dia 2 de Janeiro de 2008, inclusive, cessando na mesma data a actividade da consulta de reforço realizada na Extensão de Saúde de Sangalhos e a actividade do serviço de urgência do Hospital de José Luciano de Castro, Anadia.

DESPACHO n.º 921/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 5 (2008-01-08).

Aprova a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Vouzela, a partir do dia 2 de Janeiro de 2008, inclusive, cessando, na mesma data, a actividade do Serviço de Atendimento Permanente.

DESPACHO (extracto) n.º 922/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 5 (2008-01-08).

Aprova a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Murça, a partir do dia 27 de Dezembro de 2007, inclusive, cessando, na mesma data, a actividade do Serviço de Atendimento Permanente.

DESPACHO (extracto) n.º 926/2008, Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., DR Série II. 5 (2008-01-08).

Nomeação da Directora dos Centros de Saúde do Alandroal, Reguengos e Mourão.

DESPACHO n.º 1652/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 10 (2008-01-15).

Dá por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da directora do Centro de Saúde de Oeiras.

DESPACHO n.º 1762/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 11 (2008-01-16).

Nomeação para o exercício das funções de directora do Centro de Saúde de Oeiras.

DECRETO-LEI n.º 28/2008, DR Série I. 38 (2008-02-22).

Estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 7256/2008, Administração Regional de Saúde de Lis-

<p>boa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 51 (2008-03-12).</p> <p>Nomeia, em comissão de serviço, para o exercício em acumulação das funções de directora dos Centros de Saúde da Amadora, da Reboleira e da Venda Nova.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 7257/2008, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 51 (2008-03-12).</p> <p>Nomeação em comissão de serviço para o exercício de funções de directora dos Centros de Saúde de Alhandra e de Póvoa de Santa.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 7079/2008, Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, DR Série II. 50 (2008-03-11).</p> <p>Nomeação de adjunta para o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 7085/2008, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 50 (2008-03-11).</p> <p>Nomeação, em comissão de serviço, para o exercício, em acumulação das funções, de directora dos Centros de Saúde Alvalade, Benfica, Lumiar e Sete Rios.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 7086/2008, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 50 (2008-03-11).</p> <p>Nomeação em comissão de serviço, para o exercício, em acumulação as funções de Directora dos Centros de Saúde de Odivelas e da Pontinha.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 7087/2008, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 50 (2008-03-11).</p> <p>Nomeação, em comissão de serviço, para o exercício em acumulação de funções de directora dos Centros de Saúde de Loures e de Sacavém.</p> <p>DESPACHO (extracto) n.º 7088/2008, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., DR Série II. 50 (2008-03-11).</p> <p>Nomeação, em comissão de serviço, para o exercício, em acumulação, das funções de director dos Centros de Saúde de Algueirão, Pêro Pinheiro, Rio de Mouro e Sintra.</p>	<p>30. Certificados de reforma</p> <p>PORTARIA n.º 211/2008, DR Série I. 43 (2008-02-29).</p> <p>Estabelece o modelo de adesão ao regime público de capitalização e a forma de cumprimento da obrigação contributiva.</p> <p>PORTARIA n.º 212/2008, DR Série I. 43 (2008-02-29).</p> <p>Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Certificados de Reforma.</p> <p>31. Cirurgia</p> <p>AVISO n.º 21916/2007, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 216 (2007-11-09).</p> <p>Entidades convencionadas para a prestação de cuidados no âmbito do sistema integrado de gestão de inscritos para a cirurgia.</p> <p>DESPACHO n.º 25832/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 218 (2007-11-13).</p> <p>Cria a Comissão Nacional para o Desenvolvimento da Cirurgia de Ambulatório com o objectivo de estudar e propor uma estratégia, e as correspondentes medidas, para o desenvolvimento da CA no Serviço Nacional de Saúde.</p> <p>PORTARIA n.º 45/2008, DR. Série I. 10 (2008-01-15).</p> <p>Aprova o Regulamento do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC). Revoga a Portaria n.º 1450/2004, de 25 de Novembro.</p> <p>32. Códigos</p> <p>DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 100-A/2007, DR Série I, Suplemento. 207 (2007-10-26).</p> <p>Rectifica a Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, que procede à 15.ª alteração, e republica o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro.</p> <p>DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 102/2007, DR Série I. 210 (2007-10-31).</p> <p>De ter sido rectificado a Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, que procede à 23.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 170, de 23 de Setembro de 1982.</p>	<p>DECRETO-LEI n.º 361/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02).</p> <p>Introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, dando execução à autorização legislativa constante do artigo 50.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, e aperfeiçoando obrigações acessórias de carácter declarativo conexas com o processo de pré-preenchimento das declarações periódicas de rendimentos.</p> <p>DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 105/2007, DR Série I. 216 (2007-11-09).</p> <p>Rectifica a Declaração de Rectificação n.º 100-A/2007, de 26 de Outubro, que rectifica a Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, que procede à 15.ª alteração e republica o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro.</p> <p>DESPACHO n.º 1157-A/2008, Ministro das Finanças e da Administração Pública, DR Série II, Suplemento. 6 (2008-01-09).</p> <p>Aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2008.</p> <p>PARECER n.º 1/2008, Procuradoria-Geral da República, DR Série II. 8 (2008-01-11).</p> <p>Identificação por órgãos de polícia criminal — artigo 250.º do Código de Processo Penal.</p> <p>DIRECTIVA n.º 1/2008, Procuradoria-Geral da República, DR Série II. 34 (2008-02-18).</p> <p>Directivas e instruções genéricas em matéria de execução da lei sobre política criminal.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 34/2008, DR Série I. 40 (2008-02-26).</p> <p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2007, de 23 de Julho, aprova o Regulamento das Custas Processuais, procedendo à revogação do Código das Custas Judiciais e a alterações ao Código de Processo Civil, ao Código de Processo Penal, ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, ao Código do Registo Comercial, ao Código do Registo Civil, ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 28 de Agosto, à Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, e aos Decretos-Leis n.ºs 75/2000, de 9 de Maio, 35 781, de 5 de Agosto de 1946, e 108/2006, de 8 de Junho.</p>
---	--	---

<p><i>V. Associações, Benefícios fiscais e Contratos públicos.</i></p> <p>33. Coloproctologia</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 521/2008, Sociedade Portuguesa de Coloproctologia, DR Série II. 18 (2008-01-25). Alteração de estatutos da «Sociedade Portuguesa de Coloproctologia — SPCP».</p> <p>34. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</p> <p><i>V. Estrangeiros.</i></p> <p>35. Participações</p> <p><i>V. Medicamentos.</i></p> <p>36. Complemento solidário</p> <p><i>V. Idosos.</i></p> <p>37. Condução sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas</p> <p>PORTARIA n.º 1556/2007, DR Série I. 237 (2007-12-10). Aprova o Regulamento dos Alcoólímetros. Revoga a Portaria n.º 748/94, de 3 de Outubro.</p> <p>DESPACHO n.º 4192/2008, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, DR Série II. 34 (2008-02-18). Aprovação do modelo da bolsa a utilizar no transporte de amostras biológicas de sangue no âmbito da fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas. Rectificado pela Rectificação n.º 497/2008, DR Série II. 49 (2008-03-10).</p> <p>38. Conta Geral do Estado</p> <p>RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 48/2007, DR Série I. 191 (2007-10-03). Conta Geral do Estado de 2003, 2004 e 2005.</p> <p>PARECER TRIBUNAL DE CONTAS, DR Série II. 44 (2008-03-03).</p>	<p>Parecer sobre a Conta Geral do Estado — 2006.</p> <p>39. Contratos programa</p> <p>CONTRATO n.º 1027/2007, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 205 (2007-10-24). Contrato-programa no âmbito do SNS.</p> <p>CONTRATO n.º 1028/2007, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 205 (2007-10-24). Contrato-programa no âmbito do SNS.</p> <p>CONTRATO n.º 1/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa para o triénio 2007-2009 — Hospital de São Teotónio, E. P. E.</p> <p>CONTRATO n.º 2/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Hospital de São Sebastião, E. P. E., para o triénio de 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 3/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 4/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa para o triénio de 2007-2009 — Hospital Padre Américo, Vale de Sousa, E. P. E.</p> <p>CONTRATO n.º 5/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E., para o triénio de 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 6/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa para o triénio de 2007-2009 — Hospital de Santa Maria Maior, E. P. E.</p> <p>CONTRATO n.º 7/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03).</p>	<p>Contrato-programa — Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 8/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 9/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Hospital Pulido Valente, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 10/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 11/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Hospital de Santa Marta, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 12/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E., para o triénio de 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 13/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Hospital de Santo André, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 14/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 15/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 16/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03).</p>
--	--	---

<p>Contrato programa do Hospital de Santa Maria, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 17/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa para o triénio de 2007-2009 — Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.</p> <p>CONTRATO n.º 18/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato programa — Hospital Garcia de Orta, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 19/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar de Vila Real Peso da Régua, E. P. E., para o triénio de 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 20/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E., para o triénio 2007-2009.</p> <p>CONTRATO n.º 21/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 2 (2008-01-03). Contrato-programa — Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E., para o triénio de 2007-2009.</p> <p>40. Contratos públicos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 18/2008, DR Série I. 20 (2008-01-29). Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.</p> <p>41. Convenções</p> <p>DESPACHO n.º 27 330/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 232 (2007-12-03). Redução de preços na área convencionada de Patologia Clínica.</p> <p>DESPACHO n.º 133/2008, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 2 (2008-01-03).</p>	<p>Reduz os preços de algumas áreas convencionadas, a partir de 1 de Dezembro de 2007 e até ao fim do corrente ano.</p> <p>DESPACHO n.º 6245/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 46 (2008-03-05). Ratificação dos actos instrutórios ou decisórios praticados pela directora Ana Maria Escoval da Silva, no âmbito dos processos de contratação de cuidados de saúde aos sectores público e privado convencionado, ao abrigo do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro.</p> <p><i>V. Diálise.</i></p> <p>42. Cooperação internacional</p> <p>DESPACHO n.º 6243/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 46 (2008-03-05). Estabelece as normas necessárias ao enquadramento das acções de cooperação internacional no sector da saúde.</p> <p>DECRETO n.º 6/2008, DR Série I. 60 (2008-03-26). Aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinado em Luanda em 5 de Abril de 2006.</p> <p>43. Cosméticos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 8/2008, DR Série I. 8 (2008-01-11). Procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 142/2005, de 24 de Agosto, relativo ao regime jurídico aplicável aos produtos cosméticos, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/1/CE, da Comissão, de 29 de Janeiro, 2007/17/CE, da Comissão, de 22 de Março, e 2007/22/CE, da Comissão, de 17 de Abril.</p> <p>44. Crianças</p> <p><i>V. Alimentos.</i></p> <p>45. Crianças e jovens em perigo</p> <p>DECRETO-LEI n.º 11/2008, DR Série I.12 (2008-01-17). Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de</p>	<p>Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 12/2008, DR Série I.12 (2008-01-17). Regulamenta o regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens em perigo, respeitantes ao apoio junto dos pais e apoio junto de outro familiar, à confiança a pessoa idónea e ao apoio para a autonomia de vida, previstas na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.</p> <p>PORTARIA n.º 102/2008, DR Série I. 23 (2008-02-01). Determina a constituição da Rede Nacional dos Centros Educativos. Revoga a Portaria n.º 1200-B/2000, de 20 de Dezembro.</p> <p>46. Cuidados Continuados Integrados</p> <p>DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 101/2007, DR Série I. 208 (2007-10-29). Rectifica a Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de Setembro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, que fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª Série, n.º 171, de 5 de Setembro de 2007.</p> <p>DESPACHO n.º 1408/2008, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, DR Série II. 8 (2008-01-11). Identificação das unidades que integram a RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados), com efeitos a 1 de Julho de 2007.</p> <p>PORTARIA n.º 189/2008, DR Série I. 35 (2008-02-19). Altera a Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de Setembro, que fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), previstos no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho, bem como as condições gerais para a contratação no âmbito da RNCCI. Revoga a Portaria n.º 994/2006, de 6 de Setembro.</p> <p><i>V. Empreitadas.</i></p>
---	--	---

47. Cuidados Paliativos

DESPACHO n.º 28941/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 245 (2007-12-20).
Cria o grupo de trabalho que operacionalizará os objectivos contidos no Programa Nacional de Cuidados Paliativos.

48. Defesa do Consumidor

DECRETO-LEI n.º 371/2007, DR Série I. 213 (2007-11-06).

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.

PORTARIA n.º 70/2008, DR Série I. 16 (2008-01-23).

Altera a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro.

DECRETO-LEI n.º 57/2008, DR Série I. 60 (2008-03-26).

Estabelece o regime aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transacção comercial relativa a um bem ou serviço, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio, relativa às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores no mercado interno.

V. Administração pública, Alimentos e Cosméticos.

49. Deficientes

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 155/2007, DR Série I. 190 (2007-10-02).

Estabelece as orientações relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central.

DESPACHO n.º 26 208/2007, Secretário de Estado da Segurança Social, DR Série II. 220 (2007-11-15).

Fixação do valor mensal da retribuição pelos serviços prestados pelas famílias de acolhimento de pessoas idosas e adultos com deficiência.

DESPACHO n.º 26 950/2007, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, DR Série II 227 (2007-11-26).

Alarga o mandato do grupo de acompanhamento criado pelo despacho conjunto n.º 288/2006, de 24 de Março, sobre a afectação de verbas destinadas ao financiamento de ajudas técnicas/tecnologias de apoio para pessoas com deficiência.

PORTARIA n.º 1516/2007, DR Série I. 232 (2007-12-03).

Altera a Portaria n.º 111/2007, de 24 de Janeiro, que cria o Programa Todos Diferentes, Todos Iguais (Programa TDTI).

DESPACHO n.º 28936/2007, Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., DR Série II. 245 (2007-12-20).

Ajudas técnicas/tecnologias de apoio para pessoas com deficiência.

DESPACHO n.º 29176/2007, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, DR Série II. 246 (2007-12-21).

Regula o acesso de pessoas com deficiência ou incapacidade ao processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) e as ofertas de educação e formação de adultos.

DESPACHO n.º 3974/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II. 33 (2008-02-15).

Reconhecimento de que os benefícios concedidos à APADP — Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, podem usufruir de benefícios fiscais.

V. Regiões autónomas.

50. Delegação de competências

DESPACHO n.º 24 936/2007, Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, DR, Série II. 209 (2007-10-30).

Subdelegação de competências da Secretária de Estado e Adjunta da Saúde no conselho directivo do Instituto Português do Sangue, I. P.

DESPACHO n.º 25 477/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 215 (2007-11-08).

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Saúde na Secretária-geral do Ministério da Saúde.

DESPACHO n.º 25 478/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 215 (2007-11-08).

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Saúde no conselho directivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

DESPACHO n.º 25 479/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 215 (2007-11-08).

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Saúde nos conselhos de administração dos hospitais do sector público administrativo e nos hospitais do sector empresarial do Estado.

DESPACHO n.º 25 480/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 215 (2007-11-08).

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Saúde no conselho directivo das Administrações Regionais de Saúde do Norte, I. P., do Centro, I. P., de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., do Alentejo, I. P., e do Algarve, I. P.

DESPACHO n.º 25 481/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 215 (2007-11-08).

Subdelegação de competências do Secretário de Estado da Saúde no conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

DESPACHO n.º 29 526/2007, Ministro da Saúde DR Série II. 247 (2007-12-24).

Delegação de competências no Inspector-geral da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde.

DESPACHO n.º 29 678/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 248 (2007-12-26).

Delegação de competências no conselho directivo do Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.

<p>DESPACHO n.º 29 679/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 248 (2007-12-26). Delegação de competências na Secretária-geral do Ministério da Saúde.</p> <p>DESPACHO n.º 29 680/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 248 (2007-12-26). Delegação de competências na Alta-comissária da Saúde.</p> <p>DESPACHO n.º 29 681/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 248 (2007-12-26). Delegação de competências no Director-geral da saúde.</p> <p>DESPACHO n.º 29 682/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 248 (2007-12-26). Delegação de competências no Director-geral da Autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação.</p> <p>DESPACHO n.º 7252/2008, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, DR Série II. 51 (2008-03-12). Delegação de competências na chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.</p> <p>DESPACHO n.º 9251/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 63 (2008-03-31). Delegação de competências no Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e no Secretário de Estado da Saúde.</p> <p>51. Deontologia</p> <p>PARECER n.º 7/2007, Procuradoria-Geral da República, DR Série II. 217 (2007-11-12). Código Deontológico da Ordem dos Médicos. Rectificado pela Rectificação n.º 2055/2007, publicado no DR n.º 238, II Série de 11 de Outubro.</p> <p><i>V. Advogados.</i></p> <p>52. Desporto</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 7917/2007, A. P. T. D. — Associação Portuguesa de Traumatologia do Desporto, DR Série II. 224 (2007-11-21). Constituição da associação A. P. T. D. — Associação Portuguesa de Traumatologia do Desporto.</p>	<p>53. Diabetes</p> <p>DESPACHO n.º 27717/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 237 (2007-12-10). Criação da Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes e definição da sua composição.</p> <p>54. Diálise</p> <p>DESPACHO n.º 4325/2008, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 35 (2008-02-19). Revisão do clausulado tipo da Convenção para a Prestação de Cuidados de Saúde na Área da Diálise.</p> <p>55. Direitos humanos</p> <p>AVISO n.º 16/2008, DR Série I. 17 (2008-01-24). Torna público ter Portugal efectuado, junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, em 20 de Julho de 2001, uma comunicação relativa à reserva formulada pelo Quatar no momento da adesão à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 17 de Dezembro de 1984.</p> <p><i>V. Tráfico de seres humanos.</i></p> <p>56. Discriminação</p> <p>LEI n.º 14/2008, DR Série I. 51 (2008-03-12). Proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro.</p> <p>57. Doenças profissionais</p> <p><i>V. Tabela Nacional de Incapacidades.</i></p> <p>58. Doentes coronários</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 577/2008, ADOCOR — Associação de Doentes Coronários, DR Série II. 20 (2008-01-29).</p>	<p>Constituição da associação ADOCOR — Associação de Doentes Coronários.</p> <p>59. Educação</p> <p>DESPACHO n.º 143/2008, Ministra da Educação, DR Série II. 2 (2008-01-03). Aprova o modelo orgânico e operacional relativo à execução, no âmbito do Ministério da Educação, do Plano Tecnológico da Educação.</p> <p>PORTARIA n.º 207/2008, DR Série I. 39 (2008-02-25). Altera a Portaria n.º 550-A/2004, de 21 de Maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos tecnológicos de nível secundário de educação, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 260/2006, de 14 de Março.</p> <p>DESPACHO n.º 6733/2008, Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, DR Série II. 48 (2008-03-07). Delega competências na presidente da Agência Nacional para a Qualificação.</p> <p><i>V. Aprendizagem ao longo da vida.</i></p> <p>60. Emergência</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 164/2007, DR Série I. 197 (2007-10-12). Aprova as opções fundamentais da reorganização do modelo de funcionamento do número único de emergência 112.</p> <p>61. Empreendimentos turísticos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 39/2008, DR Série I. 48 (2008-03-07). Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.</p> <p>62. Empreitadas</p> <p>DECRETO-LEI n.º 48/2008, DR Série I. 52 (2008-03-13). Cria um regime excepcional para a contratação de empreitadas de obras públicas e a aquisição ou locação, sob qualquer regime, pelas administrações regionais de saúde, I. P., e pelos conselhos de</p>
---	---	---

administração dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, de bens e serviços destinados à instalação das Unidades de Saúde Familiar, à instalação ou requalificação dos serviços de saúde da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e dos serviços de urgência, e pelo Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., de bens e serviços destinados ao reforço dos meios de socorro pré-hospitalar.

63. Enfermagem

V. *Regiões autónomas*.

64. Ensino básico e secundário

PORTARIA n.º 1628/2007, DR Série I. 250 (2007-12-28).

Define os conceitos e os procedimentos para a adopção formal e divulgação da adopção dos manuais escolares a seguir pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas.

DECRETO-LEI n.º 3/2008, DR Série I. 4 (2008-01-07).

Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

LEI n.º 3/2008, DR Série I. 13 (2008-01-18).

Primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 12/2008, de 18 de Março.

DECRETO REGULAMENTAR n.º 4/2008, DR Série I. 25 (2008-02-05).

Define a composição e o modo de funcionamento do conselho científico para a avaliação de professores.

DESPACHO n.º 6753/2008, Ministra da Educação DR Série II. 48 (2008-03-07). Designação dos membros do conselho científico da avaliação.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 51/2008, DR Série I. 56 (2008-03-19).

Visa permitir que os alunos dos 11.º e 12.º anos do ensino secundário possam,

durante o corrente ano lectivo, aderir ao programa *e.escola*, criando-se ainda um regime especificamente dirigido a beneficiários da iniciativa com necessidades educativas especiais de carácter permanente, garantindo-lhes o acesso a computadores adaptados, sem quaisquer encargos adicionais.

V. *Educação*.

65. Ensino superior

DECRETO-LEI n.º 369/2007, DR Série I. 212 (2007-11-05).

Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respectivos estatutos.

DESPACHO n.º 203/2008, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 2 (2008-01-03).

Criação da Unidade Ministerial de Compras.

DESPACHO n.º 4354/2008, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 35 (2008-02-19).

Criação da Comissão de Acompanhamento do Sistema de Empréstimos.

DESPACHO n.º 5319/2008, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 41 (2008-02-27).

Delegação de competências no dirigente do GPEARI.

DESPACHO n.º 5320/2008, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 41 (2008-02-27).

Delegação de competências no Secretário-Geral do MCTES.

DESPACHO n.º 6536/2008, Secretaria-Geral Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 47 (2008-03-06).

Alteração do despacho n.º 203/2008, de 1 de Maio de 2007.

DESPACHO n.º 9274/2008, Direcção-Geral do Ensino Superior, DR Série II. 63 (2008-03-31).

Alteração de despachos sobre Cursos de Especialização Tecnológica.

V. *Graus académicos*.

66. Entidade Reguladora da Saúde

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 176/2007, DR Série I. 230 (2007-11-29).

Renova os mandatos dos vogais do conselho directivo da Entidade Reguladora da Saúde.

PORTARIA n.º 1196/2007, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 249 (2007-12-27).

Autoriza a repartição da realização da despesa aprovada para a aquisição de bens e serviços pela ERS, com vista à concepção e implementação do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde — SINAS, em cinco anos.

67. Estrangeiros

DECRETO REGULAMENTAR n.º 84/2007, DR Série I. 212 (2007-11-05).

Regulamenta a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

PORTARIA n.º 1563/2007, DR Série I. 238 (2007-12-11).

Fixa os meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para a entrada e permanência em território nacional.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 28/2008, DR Série I. 33 (2008-02-15).

Aprova o contingente global indicativo de oportunidades de emprego para a admissão em território nacional de trabalhadores de Estados terceiros que não residam legalmente no País.

PORTARIA n.º 208/2008, DR Série I. 41 (2008-02-27).

Define os termos de facilitação do procedimento de concessão de visto para obtenção de autorização de residência a nacionais de estados terceiros que participem em programas comunitários de promoção da mobilidade para a união europeia ou para a comunidade dos países de língua portuguesa ou no seu interesse.

PORTARIA n.º 231/2008, DR Série I. 49 (2008-03-10).

<p>Aprova o Regulamento do Financiamento pelo Fundo para a Integração de Nacionais de Países Terceiros.</p> <p><i>V. Graus académicos e Regiões autónomas.</i></p> <p>68. Farmácias</p> <p>PORTARIA n.º 1428/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02). Define a forma de cumprimento das obrigações legalmente previstas de comunicação entre as farmácias e o INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.).</p> <p>PORTARIA n.º 1429/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02). Define os serviços farmacêuticos que podem ser prestados pelas farmácias.</p> <p>PORTARIA n.º 1430/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02). Fixa os procedimentos de licenciamento e de atribuição de alvará a novas farmácias e às que resultam de transformação de postos farmacêuticos permanentes, bem como da transferência da localização das farmácias. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 118/2007, de 31 de Dezembro.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 2473/2007, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, DR Série II. 247 (2007-12-24). Aprova os regulamentos sobre áreas mínimas das farmácias de oficina e sobre os requisitos de funcionamento dos postos farmacêuticos móveis.</p> <p>69. Formação profissional</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 173/2007, DR Série I. 214 (2007-11-07). Aprova um conjunto de medidas de reforma da formação profissional, acordada com a generalidade dos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.</p> <p><i>V. Educação e Deficientes.</i></p> <p>70. Fundações</p> <p>PORTARIA n.º 69/2008, DR Série. 16 (2008-01-23).</p>	<p>Define as regras a observar no procedimento administrativo de reconhecimento de fundações, bem como de modificação de estatutos e ainda de transformação e extinção das mesmas.</p> <p>71. Genética</p> <p><i>V. Bases de dados.</i></p> <p>72. Governo</p> <p>DECRETO-LEI n.º 44/2008, DR Série I. 50 (2008-03-11). Sexta alteração à Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, e 240/2007, de 21 de Junho.</p> <p>73. Graus académicos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 341/2007, DR Série I. 197 (2007-10-12). Aprova o regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros.</p> <p>PORTARIA n.º 29/2008, DR Série I. 7 (2008-01-10). Aprova o Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.</p> <p>PORTARIA n.º 30/2008, DR Série I. 7 (2008-01-10). Regula o suplemento ao diploma a que se refere o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.</p> <p>LISTAGEM n.º 170/2008, Direcção-Geral do Ensino Superior, DR Série II. 63 (2008-03-31). Listagem do registo de diplomas obtidos no estrangeiro, 2.º semestre de 2007, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto.</p> <p><i>V. Médicos.</i></p> <p>74. Gravidez</p> <p><i>V. Deontologia e Regiões autónomas.</i></p>	<p>75. Gripe das aves</p> <p><i>V. Saúde pública.</i></p> <p>76. Hepatologia e Gastrenterologia</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 7607/2007, Associação de Hepatologia e Gastrenterologia, DR Série II. 215 (2007-11-08). Constituição da Associação de Hepatologia e Gastrenterologia — Chega.</p> <p>77. Hospitais</p> <p>DESPACHO n.º 22 937/2007, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II.191 (2007-10-03). Nomeação para o exercício, em acumulação, das funções de presidente do conselho de administração do Hospital Distrital do Montijo e do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, E. P. E.</p> <p>DESPACHO n.º 24 920/2007, Ministro das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 209 (2007-10-30). Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E.</p> <p>DESPACHO n.º 25 000/2007, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 210 (2007-10-31). Nomeação dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E.</p> <p>DESPACHO n.º 25 148/2007, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 211 (2007-11-02). Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.</p> <p>DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 94/2007, DR Série I. 199 (2007-10-16). Rectifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2007, que aprova o calendário de subscrição faseada de dotações de capital estatutário para o triénio de 2007-2009, relativamente ao Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., e ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E., em complemento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38-A/2007, de 28 de Fevereiro, publicada no Diário da Repú-</p>
---	---	--

blica, 1.^a Série, n.º 160, de 21 de Agosto de 2007.

DESPACHO n.º 28 683/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 244 (2007-12-19). Nomeia, em comissão de serviço, o director clínico do conselho de administração do Hospital Distrital de São João da Madeira.

DESPACHO n.º 28 937/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 245 (2007-12-20). Nomeia, em comissão de serviço, a directora clínica do conselho de administração do Hospital Distrital do Montijo.

DESPACHO n.º 28 939/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 245 (2007-12-20). Nomeia, em comissão de serviço, a directora clínica do conselho de administração do Centro Hospitalar de Cascais.

DESPACHO n.º 28 940/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 245 (2007-12-20). Dá por finda, a seu pedido, a comissão de serviço, da licenciada directora clínica do conselho de administração do Centro Hospitalar de Cascais.

DESPACHO n.º 923/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 5 (2008-01-08). Determina a criação de uma consulta de intersubstituição no Hospital de D. Luís I — Peso da Régua, integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.

DESPACHO n.º 1409/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 8 (2008-01-11). Despacho de fundamentação sobre a cessação da actividade da consulta de reforço realizada na extensão de saúde de Sangalhos e da actividade do serviço de urgência do Hospital de José Luciano de Castro, Anadia.

PORTARIA n.º 117/2008, DR Série I. 26 (2008-02-06). Classifica como hospitais centrais, para efeitos do n.º 2.º da Portaria n.º 567/2006, de 12 de Junho, o Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E., o Hospital Distrital de Faro e o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.

DECRETO-LEI n.º 23/2008, DR Série I. 28 (2008-02-08). Cria o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., e aprova os respectivos estatutos.

DESPACHO n.º 3596/2008, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 31 (2008-02-13).

Cria a Comissão de Estudo para a Avaliação dos Conselhos de Administração dos Hospitais, E. P. E.

DESPACHO n.º 7860/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 54 (2008-03-17).

Nomeação para o conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

V. *Centros de saúde, Cirurgia, Contratos programa, Empreitadas, Parcerias, Medicamentos, Delegação de competências e Saúde mental.*

78. Identificação civil e criminal

V. *Bases de dados.*

79. Idosos

PORTARIA n.º 1446/2007, DR Série I. 215 (2007-11-08).

Fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos.

PORTARIA n.º 17/2008, DR Série I. 7 (2008-01-10).

Estabelece a actualização do valor de referência bem como do montante do complemento solidário para idosos.

DESPACHO n.º 3293/2008, Secretário de Estado da Segurança Social, DR Série II. 29 (2008-02-11).

Alteração do despacho n.º 6716-A/2007, de 22 de Março, que criou o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas PCHI.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 4/2008/A, DR Série I. 40 (2008-02-26). Estabelece as condições de emissão e atribuição do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID).

PORTARIA n.º 209/2008, DR Série I. 41 (2008-02-27).

Actualiza o valor de referência bem como o montante do complemento solidário para idosos e revoga a Portaria n.º 17/2008, de 10 de Janeiro.

80. Impostos

V. *Códigos e Tabaco.*

81. Internet

V. *Deficientes.*

82. Interrupção voluntária da gravidez

V. *Deontologia.*

83. Investigação científica

ANÚNCIO (extracto) n.º 554/2008, SIW — Scientists in the World/Associação Cientistas no Mundo, DR Série II. 19 (2008-01-28).

Constituição da Associação denominada SIW — Scientists in The World/Associação Cientistas no Mundo.

84. Julgados de paz

REGULAMENTO n.º 104/2008, Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, DR Série II. 44 (2008-03-03).

Aditamento ao Regimento das Avaliações dos Julgados de Paz, publicado no Diário da República, 2.^a Série, n.º 245, de 22-12-2006.

85. Juntas médicas

V. *Aposentações.*

86. Justificação de faltas por doença

V. *Administração Pública e Regiões autónomas.*

87. Listas de espera

V. *Cirurgia e Convenções.*

88. Livro de reclamações

V. *Defesa do consumidor.*

89. Mediação penal

PORTARIA n.º 68-A/2008, DR Série I, Suplemento. 15 (2008-01-22).

<p>Aprova o modelo de notificação de envio do processo para mediação penal, previsto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho.</p> <p>PORTARIA n.º 68-B/2008, DR Série I, Suplemento. 15 (2008-01-22). Aprova o Regulamento do Procedimento de Selecção dos Mediadores Penais a inscrever nas listas previstas no artigo 11.º da Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho.</p> <p>PORTARIA n.º 68-C/2008, DR Série I, Suplemento. 15 (2008-01-22). Aprova o Regulamento do Sistema de Mediação Penal.</p> <p>DESPACHO n.º 2168-A/2008, Secretário de Estado da Justiça, DR Série II, Suplemento. 15 (2008-01-22). Fixa a remuneração a auferir pelo mediador de conflitos, no âmbito do sistema de mediação penal.</p> <p>90. Medicamentos</p> <p>DESPACHO n.º 24 539/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 206 (2007-10-25). Determina o regime especial de comparticipação para os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatóide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas.</p> <p>PORTARIA n.º 1427/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02). Regula as condições e os requisitos da dispensa de medicamentos ao domicílio e através da Internet.</p> <p>AVISO n.º 21 352/2007, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 211 (2007-11-02). Lista dos novos medicamentos comparticipados, ao abrigo da Portaria n.º 1471/2004, de 21 de Dezembro.</p> <p>AVISO n.º 21 353/2007, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR, Série II. 211 (2007-11-02). Lista de medicamentos excluídos de comparticipação.</p> <p>AVISO n.º 21 354/2007, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e</p>	<p>Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 211 (2007-11-02). Lista de medicamentos excluídos de comparticipação a pedido do titular da AIM.</p> <p>AVISO n.º 21 355/2007, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 211 (2007-11-02). Lista de medicamentos comparticipados com início de comercialização em 1 de Outubro de 2007.</p> <p>AVISO n.º 22 616/2007, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 222 (2007-11-19). Lista de medicamentos excluídos de comparticipação a pedido do titular da AIM.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 392-B/2007, DR Série I, 3.º Suplemento. 250 (2007-12-28). Prorroga, até 30 de Junho de 2008, a majoração de 20 % estabelecida no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro, para o preço de referência dos medicamentos adquiridos pelos utentes do regime especial.</p> <p>AVISO n.º 2284/2008, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 20 (2008-01-29). Lista de medicamentos excluídos de comparticipação a pedido do titular da AIM.</p> <p>AVISO n.º 2285/2008, INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., DR Série II. 20 (2008-01-29). Lista de medicamentos comparticipados com início de comercialização a 01 de Janeiro de 2008.</p> <p>DESPACHO n.º 3181/2008, Secretário de Estado da Saúde DR Série II. 28 (2008-02-08). Aprova o Regulamento de Financiamento do Programa do Medicamento Hospitalar.</p> <p>DESPACHO n.º 4326/2008, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II.35 (2008-02-19). Altera os centros de tratamento dos hospitais protocolados com o Instituto de Genética Médica Jacinto de Magalhães para comparticipação de produtos dietéticos com carácter terapêutico, identificados no n.º 2 do Despacho n.º 25 822/2005, publicado no Diário da Repú-</p>	<p>blica, 2.ª Série, n.º 239, de 15 de Dezembro de 2005.</p> <p>V. <i>Farmácias, Idosos e Ministério da Saúde</i>.</p> <p>91. Médicos</p> <p>AVISO n.º 23 095-A/2007, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II, Suplemento. 226 (2007-11-23). Divulgação do mapa de vagas por área profissional de especialização e estabelecimentos de formação constante no anexo I referente ao concurso de ingresso médico n.º 2007-A.</p> <p>DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 25/2007/A, DR Série I. 236 (2007-12-07). Cria um novo regime de concessão de bolsa de estudo para frequência do internato médico.</p> <p>AVISO n.º 25274-A/2007, Administração Central do Sistema de Saúde, DR Série II, Suplemento. 244 (2007-12-19). Mapa de vagas ao concurso de ingresso no internato médico — 2008.</p> <p>PORTARIA n.º 172/2008, DR Série I. 33 (2008-02-15). Aprova o Regulamento dos Internos Doutorandos.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 447/2008, Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., DR Série II. 36 (2008-02-20). Colocação de médicos que requeiram ser colocados em estabelecimentos considerados carenciados na respectiva especialidade médica — envio de mapas de especialidades, instituições hospitalares e número de vagas.</p> <p>V. <i>Deontologia e Regiões autónomas</i>.</p> <p>92. Menores</p> <p>V. <i>Crianças e jovens em risco e Segurança social</i>.</p> <p>93. Militares</p> <p>V. <i>Assistência na doença e Ensino superior</i>.</p>
---	---	--

94. Ministério da Saúde

PORTARIA n.º 1336/2007, DR Série I. 195 (2007-10-10).

Aprova o modelo de cartão de identificação profissional e livre-trânsito para uso do pessoal dirigente e da carreira de inspecção superior da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde.

DESPACHO n.º 25 451/2007, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 215 (2007-11-08). Equipara a remuneração do presidente, dos vice-presidentes e dos vogais do conselho directivo do ACSS, I. P., à do presidente, dos vice-presidentes e dos vogais das empresas públicas do grupo A, nível I.

DESPACHO n.º 27 505/2007, Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, DR Série II. 236 (2007-12-07).

Subdelegação de competências no conselho directivo do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P., da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

DESPACHO n.º 28 685/2007, Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, DR Série II. 244 (2007-12-19).

Subdelegação da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde no conselho directivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

DESPACHO NORMATIVO n.º 3/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 10 (2008-01-15).

Aprova o Regulamento Interno Organizativo do INEM, I. P.

PORTARIA n.º 90/2008, DR Série I. 18 (2008-01-25).

Altera a Portaria n.º 720/2007, de 11 de Junho (aprova o Regulamento da Atribuição de Apoios Financeiros pelo Instituto Português do Sangue, I. P.).

DESPACHO NORMATIVO n.º 5/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 29 (2008-02-11).

Aprova o Regulamento Interno da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

DESPACHO n.º 3786/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 32 (2008-02-14).

Aprova o Regulamento dos Procedimentos da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde.

DESPACHO n.º 4031/2008, Inspecção-Geral das Actividades em Saúde, DR Série II. 33 (2008-02-15).

Criação de unidades orgânicas da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde.

DESPACHO n.º 4745/2008, Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 38 (2008-02-22).

Delega, na Ministra da Saúde, os poderes conferidos no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, relativamente ao Conselho Nacional de Combate à Droga e à Toxicodependência.

DESPACHO n.º 5119/2008, Presidência do Conselho de Ministros, DR Série II. 40 (2008-02-26).

Delega, com a faculdade de subdelegação, na Ministra da Saúde, e no Ministro da Cultura, os poderes conferidos pelo artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, no âmbito dos serviços e organismos sujeitos à direcção, superintendência e tutela de cada um destes membros do Governo.

DESPACHO (extracto) n.º 5188/2008, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 40 (2008-02-26).

Nomeações para o Gabinete da Ministra da Saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 5293/2008, Secretária-Geral Ministério da Saúde, DR Série II. 41 (2008-02-27).

Nomeação para o Gabinete do Secretário de Estado da Saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 5294/2008, Secretária-Geral Ministério da Saúde, DR Série II. 41 (2008-02-27).

Nomeação de elementos para o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 5295/2008, Secretária-Geral Ministério da Saúde, DR Série II. 41 (2008-02-27).

Nomeação de elementos para o Gabinete da Ministra da Saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 5838/2008, Secretária-Geral do Ministério da Saúde, DR Série II. 44 (2008-03-03).

Nomeação de elementos para o Gabinete do Secretário de Estado da Saúde.

DESPACHO n.º 5848/2008, Direcção-Geral da Saúde, DR Série II. 44 (2008-03-03).

Nomeação em comissão de serviço, do director de serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde.

DESPACHO n.º 6244/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 46 (2008-03-05).

Nomeação da Subdirectora-geral da Direcção-Geral da Saúde.

DESPACHO (extracto) n.º 7078/2008, Secretária-Geral Ministério da Saúde, DR Série II. 50 (2008-03-11).

Nomeação de adjunto para o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

V. Delegação de competências.

95. Nanotecnologia

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 125/2007, DR Série I. 225 (22-11-2007).

Aprova o Estatuto do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (LIN), assinado em Badajoz em 25 de Novembro de 2006, durante a XXII Cimeira Luso-Espanhola.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 59/2007, DR Série I. 225 (22-11-2007).

Aprova o Estatuto do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (LIN), assinado em Badajoz em 25 de Novembro de 2006, durante a XXII Cimeira Luso-Espanhola.

DESPACHO n.º 26970-AC/2007, Reitoria Universidade de Aveiro, DR Série II, 4.º Suplemento. 227 (2007-11-26).

Doutoramento em Nanociências e Nanotecnologia.

AVISO n.º 17/2008, DR Série I. 18 (2008-01-25).

Torna público terem sido recebidas notas, em 18 de Outubro e em 26 de Novembro de 2007, pela Embaixada de Portugal em Madrid e pela Embaixada de Espanha em Lisboa, respectivamente, pelas quais ambos os Estados Contratantes comunicam que concluíram os seus requisitos constitucionais necessários para a manifestação do seu consentimento em estarem vinculados ao Estatuto do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia,

<p>assinado em Badajoz, em 25 de Novembro de 2006.</p> <p>96. Oftalmologia</p> <p>DESPACHO n.º 28 478/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 243 (2007-12-18). Criação do grupo de análise dos modelos de funcionamento dos actuais meios humanos e materiais do SNS dedicados à oftalmologia.</p> <p>97. Oncologia</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 6612/2007, DR Série II. 189 (2007-10-01). Constituição da associação Projecto Luz — Associação Portuguesa de Apoio a Doentes Oncológicos.</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 7231/2007, ANEDO — Associação Nacional para o Estudo da Dor Oncológica, DR Série II. 207 (2007-10-26). Constituição da associação ANEDO — Associação Nacional para o Estudo da Dor Oncológica.</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 7891/2007, Associação Portuguesa de Urologia Oncológica, DR Série II. 223 (2007-11-20). Constituição de associação denominada Associação Portuguesa de Urologia Oncológica.</p> <p>DESPACHO NORMATIVO n.º 6/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 30 (2008-02-12). Determina a constituição de uma rede de cuidados especializados de oncologia pediátrica que articule, numa base cooperativa e complementar, as instituições prestadoras de cuidados de saúde.</p> <p>ANÚNCIO (extracto) n.º 1657/2008, Associação de Investigação de Cuidados de Suporte em Oncologia, DR Série II. 48 (2008-03-07). Alteração de estatutos da Associação de Investigação de Cuidados de Suporte em Oncologia.</p> <p>98. Ordens profissionais</p> <p>LEI n.º 6/2008, DR Série I. 31 (2008-02-13). Regime das associações públicas profissionais.</p>	<p>99. Orçamento do Estado</p> <p>LEI n.º 67-A/2007, DR Série I, Suplemento. 251 (2007-12-31). Orçamento do Estado para 2008. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 2/2008, de 28 de Janeiro de 2008.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 41/2008, DR Série I. 49 (2008-03-10). Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2008.</p> <p>100. Organismos geneticamente modificados</p> <p>DECRETO-LEI n.º 387/2007, DR Série I. 229 (2007-11-28). Cria o Fundo de Compensação destinado a suportar eventuais danos, de natureza económica, derivados da contaminação accidental do cultivo de variedades geneticamente modificadas.</p> <p>PORTARIA n.º 1611/2007, DR Série I. 245 (2007-12-20). Altera a Portaria n.º 904/2006, de 4 de Setembro, que estabelece as condições e o procedimento para o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas.</p> <p>101. Organizações interprofissionais</p> <p>PORTARIA n.º 35/2008, DR Série I. 8 (2008-01-11). Altera a Portaria n.º 967/98, de 12 de Novembro, que estabeleceu as regras de aplicação do regime de reconhecimento das organizações interprofissionais, previsto na Lei n.º 123/97, de 13 de Novembro.</p> <p>PORTARIA n.º 41/2008, DR Série I. 8 (2008-01-11). Altera o mapa anexo à Portaria n.º 325/2000, de 8 de Junho (aprova a lista de profissões regulamentadas, bem como das autoridades que, para cada profissão, são competentes para receber, apreciar e decidir dos pedidos formulados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de Outubro).</p> <p>102. Parcerias</p> <p>DESPACHO n.º 26153/2007, Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, DR Série II. 220 (2007-11-15).</p>	<p>Constituição da equipa multidisciplinar Gabinete para o Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões.</p> <p>DESPACHO n.º 28 638/2007, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 244 (2007-12-19). Despacho conjunto de nomeação do vogal efectivo e vogal suplente da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao novo Hospital de Vila Franca de Xira.</p> <p>DESPACHO n.º 3547/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 31 (2008-02-13). Nomeia a comissão de acompanhamento que supervisiona a preparação do lançamento de uma parceria público-privada para construção do futuro Hospital de Todos os Santos.</p> <p>DESPACHO n.º 6660/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 48 (2008-03-07). Concepção, Projecto, Construção, Financiamento, Conservação e Exploração do Hospital de Braga em regime de parceria público-privada (PPP). Dá prossecução ao processo com vista à finalização da minuta de contrato com o concorrente classificado em primeiro lugar, Agrupamento Escala Braga.</p> <p>103. Passaporte diplomático</p> <p>DECRETO-LEI n.º 383/2007, DR Série I. 221 (2007-11-16). Aprova o regime jurídico da concessão, emissão e utilização do passaporte diplomático português.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 52/2008, DR Série I. 58 (2008-03-24). Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 383/2007, de 16 de Novembro, que estabelece o regime jurídico de concessão, emissão e utilização do passaporte diplomático português.</p> <p>104. Patentes</p> <p>DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 126-A/2007, DR Série I, Suplemento. 239 (2007-12-12). Aprova o acto de revisão da Convenção sobre a Concessão de Patentes Europeias</p>
---	---	--

(Convenção sobre a Patente Europeia), adoptado em Munique em 29 de Novembro de 2000.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 60-A/2007, DR Série I, Suplemento. 239 (2007-12-12).

Aprova o Acto de Revisão da Convenção sobre a Concessão de Patentes Europeias (Convenção sobre a Patente Europeia), adoptado em Munique em 29 de Novembro de 2000.

105. Patologia clínica

V. *Convenções*.

106. Poluição

DECRETO-LEI n.º 346/2007, DR Série I. 200 (2007-10-17).

Aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar Contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2005/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Setembro, 2005/78/CE, da Comissão, de 14 de Novembro, e 2006/51/CE, da Comissão, de 6 de Junho, bem como relativamente às medidas a tomar contra as emissões poluentes a Directiva n.º 2006/81/CE, da Comissão, de 23 Outubro.

V. *Agentes químicos, Ambiente, Substâncias perigosas*.

107. Preços

V. *Medicamentos*.

108. Processo penal

V. *Códigos*.

109. Procriação medicamente assistida

DECRETO REGULAMENTAR n.º 5/2008, DR Série I. 29 (2008-02-11).

Regulamenta o artigo 5.º e o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de

Julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida.

DECLARAÇÃO n.º 4/2008, DR Série I. 40 (2008-02-26).

Designação de membro para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

110. Produtos fitofarmacêuticos

PORTARIA n.º 1364/2007, DR Série I. 200 (2007-10-17).

Regulamenta o seguro obrigatório de responsabilidade civil para as empresas de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos.

DECRETO-LEI n.º 373/2007, DR Série I. 213 (2007-11-06).

Estabelece novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/7/CE, de 14 de Fevereiro, 2007/8/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/9/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/12/CE, de 26 de Fevereiro, e 2007/39/CE, de 26 de Junho, da Comissão, bem como parcialmente as Directivas n.ºs 2007/11/CE, de 20 de Fevereiro, 2007/27/CE, de 15 de Maio, e 2007/28/CE, de 25 de Maio, da Comissão, nas partes respeitantes aos produtos agrícolas de origem vegetal. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 1-B/2008, publicada no DR Série I, Suplemento. 3 (2008-01-04).

DECRETO-LEI n.º 51/2008, DR Série I. 57 (2008-03-20).

Procede à décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2000, de 3 de Março, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 205/2004, de 19 de Agosto, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2006, de 15 de Fevereiro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2006, de 28 de Junho, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2006, de 29 de Novembro e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 373/2007, de 6 de Novembro, estabelecendo novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/62/CE, da Comissão, de 4 de Outubro, bem como parcialmente as Directivas

n.ºs 2007/55/CE, 2007/56/CE e 2007/57/CE, da Comissão, de 17 de Setembro, nas partes respeitantes aos produtos agrícolas de origem vegetal

DECRETO-LEI n.º 61/2008, DR Série I. 62 (2008-03-28).

Procede à 22.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2006/85/CE, de 23 de Outubro, 2007/5/CE, de 7 de Fevereiro, 2007/25/CE, de 23 de Abril, 2007/31/CE, de 31 de Maio, 2007/50/CE, de 2 de Agosto, e 2007/52/CE, de 16 de Agosto, da Comissão.

111. Protecção civil

PORTARIA n.º 1358/2007, DR Série I. 198 (2007-10-15).

Define a composição e funcionamento das equipas de intervenção permanente.

LEI n.º 65/2007, DR Série I. 217 (2007-11-12).

Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

DESPACHO n.º 6915/2008, Ministro da Administração Interna, DR Série II. 49 (2008-03-10).

Dia Internacional da Protecção Civil — 1 de Março.

112. Protecção de dados

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 60/2007, DR Série I. 239 (2007-12-12).

Eleição de membros da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

DECLARAÇÃO n.º 18/2007, DR Série I. 239 (2007-12-12).

Membros efectivos e suplementos da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

DESPACHO (extracto) n.º 5/2008, Comissão Nacional de Protecção de Dados, DR Série II. 2 (2008-01-03).

<p>Nomeação para o cargo de secretária da Comissão Nacional de Protecção de Dados.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 292/2008, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, DR Série II. 28 (2008-02-08). Delegação de competências da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos no seu presidente.</p> <p>113. Protecção dos trabalhadores</p> <p>DESPACHO n.º 29 673/2007, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II. 248 (2007-12-26). Despacho que fixa a sede e a área de jurisdição dos serviços desconcentrados da Autoridade para as Condições de Trabalho.</p> <p><i>V. Administração pública, Agentes químicos e Doenças profissionais.</i></p> <p>114. Protecção fitossanitária</p> <p>DECRETO-LEI n.º 16/2008, DR Série I.17 (2008-01-24). Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/40/CE e 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho, relativas ao reconhecimento de zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos.</p> <p>115. Publicidade</p> <p><i>V. Alimentos.</i></p> <p>116. Quadro comunitário de apoio</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 169/2007, DR Série I. 202 (2007-10-19). Cria as estruturas de missão responsáveis pelo exercício das funções de autoridade de gestão dos programas operacionais regionais do continente. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 113/2007, de 18 de Dezembro.</p> <p>LISTAGEM n.º 275/2007, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., DR Série II. 218 (2007-11-13).</p>	<p>Listagens integrais de apoios do FSE no âmbito do PO Saúde.</p> <p>DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 106/2007, DR Série I. 218 (2007-11-13). Rectifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro, que cria as estruturas de missão responsáveis pelo exercício das funções de autoridade de gestão dos programas operacionais temáticos, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 197, de 12 de Outubro de 2007.</p> <p>DECRETO REGULAMENTAR n.º 84-A/2007, DR Série I, Suplemento. 237 (2007-12-10). Estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos programas operacionais financiados pelo Fundo Social Europeu. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 3/2008, de 30 de Janeiro.</p> <p>DESPACHO n.º 28942/2007, Secretário de Estado da Saúde, DR Série II. 245 (2007-12-20). Cessa a suspensão da apresentação de candidaturas à medida n.º 2.4 «Formação de apoio a projectos de modernização da saúde», possibilitando a apresentação de candidaturas à medida n.º 2.4.</p> <p>DESPACHO n.º 916/2008, Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, DR Série II. 5 (2008-01-08). Nomeação da representante governamental para integrar a composição do Comité do Fundo Social Europeu.</p> <p>DESPACHO n.º 2257/2008, Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR Série II. 17 (2008-01-24). Determina o montante financeiro disponível, para os anos de 2007 e 2008, para os programas de apoio de âmbito nacional e regional, bem como definir os montantes a atribuir a programas de apoio a projectos plurianuais ou com duração até um ano.</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 24/2008, DR Série I. 31 (2008-02-13). Cria a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).</p>	<p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 25/2008, DR Série I. 31 (2008-02-13). Cria as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.</p> <p>PORTARIA n.º 131/2008, DR Série I. 31 (2008-02-13). Aprova o Regulamento Que Estabelece as Condições de Financiamento Público dos Projectos Que Constituem os Programas de Respostas Integradas (PRI).</p> <p>117. Refugiados</p> <p>PORTARIA n.º 78/2008, DR Série I. 18 (2008-01-25). Aprova o Regulamento do Financiamento pelo Fundo Europeu para os Refugiados.</p> <p>PORTARIA n.º 79/2008, DR Série I. 18 (2008-01-25). Aprova o Regulamento do Financiamento pelo Fundo para as Fronteiras Externas.</p> <p>PORTARIA n.º 98/2008, DR Série I. 22 (2008-01-31). Aprova o Regulamento do Financiamento pelo Fundo Europeu de Regresso.</p> <p>118. Regiões Autónomas</p> <p>RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA n.º 20/2007/M, DR Série I. 207 (2007-10-26). Promove a realização do 2.º Parlamento aberto sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 17/2007/M, DR Série I. 217 (2007-11-12). Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa e indirecta da Região Autónoma da Madeira. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 1/2008, de 4 de Janeiro.</p> <p>DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 21/2007/M, DR Série I. 236 (2007-12-07). Adapta à Administração Regional Autónoma da Madeira o regime de justificação</p>
--	--	--

das faltas por doença e respectivos meios de prova dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, previsto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de Maio.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 1/2008/M, DR Série I. 8 (2008-01-11). Adapta à Região Autónoma da Madeira o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios» (RSECE) e o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE).

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 25/2007/A, DR Série I. 222 (2007-11-19).

Cria um conjunto de apoios à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores, para a especialidade de medicina geral e familiar.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA n.º 23/2007/M, DR Série I. 222 (2007-11-19).

Resolve apresentar à Assembleia da República a proposta de lei sobre atribuição do subsídio de insularidade aos funcionários públicos e elementos das forças de segurança a exercerem funções na Região Autónoma da Madeira.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES n.º 21/2007/A, DR Série I. 228 (2007-11-27).

Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da gravidez na adolescência.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 27/2007/A, DR Série I. 237 (2007-12-10). Estabelece as regras relativas à integração nos quadros regionais de ilha do pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado e respectiva relação jurídica de emprego na Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 29/2007/A, DR Série I. 237 (2007-12-10).

Estabelece o regime de mobilidade dos funcionários e agentes da administração regional autónoma.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA n.º 4/2008/M, DR Série I. 22 (2008-01-31).

Resolve apresentar à Assembleia da República a proposta de lei que cria o complemento de pensão que visa compensar os custos da insularidade que oneram os cidadãos residentes na Região Autónoma.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 4/2008/M, DR Série I. 34 (2008-02-18). Define as entidades competentes na Região Autónoma da Madeira para aplicação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES n.º 4/2008/A, DR Série I. 49 (2008-03-10).

Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para jovens licenciados em enfermagem.

119. Regulamento geral das edificações urbanas

DECRETO-LEI n.º 50/2008, DR Série I. 56 (2008-03-19).

Procede à 16.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

120. Regulamento sanitário internacional

AVISO n.º 12/2008, DR Série I. 16 (2008-01-23).

Torna pública a nova redacção do Regulamento Sanitário Internacional, adoptada pela 58.ª Assembleia Mundial de Saúde em 23 de Maio de 2005.

121. Reinserção social

V. *Crianças e jovens em perigo*.

122. Remunerações

V. *Ministério da Saúde*.

123. Resíduos

DECRETO-LEI n.º 46/2008, DR Série I. 51 (2008-03-12).

Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.

PORTARIA n.º 249-B/2008, DR Série I, Suplemento. 63 (2008-03-31).

Altera o prazo de preenchimento dos mapas de registo de resíduos relativos aos dados do ano de 2007 para 31 de Março de 2009, fazendo-o coincidir com o prazo previsto para o preenchimento dos dados relativos ao ano de 2008.

DECRETO-LEI n.º 45/2008, DR Série I. 50 (2008-03-11).

Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, relativo à transferência de resíduos, e revoga o Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro.

V. *Regiões autónomas*.

124. Responsabilidade civil

LEI n.º 67/2007, DR Série I. 251 (2007-12-31).

Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas.

V. *Produtos fitofarmacêuticos*

125. Retribuição mínima garantida

DESPACHO n.º 22745/2007, DR Série II.189 (2007-10-01).

Cria a comissão de acompanhamento da evolução da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).

DECRETO-LEI n.º 397/2007, DR Série I. 251 (2007-12-31).

Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2008.

126. Saúde

V. *Cooperação internacional, Quadro Comunitário de Apoio e Voluntariado*.

<p>127. Saúde animal</p> <p>DECRETO-LEI n.º 327/2007, DR Série I. 190 (2007-10-02).</p> <p>Define as regras que disciplinam a execução material e financeira do Programa Medidas Veterinárias no âmbito do Plano Nacional de Saúde Animal, bem como as competências e atribuições das entidades responsáveis, e revoga o Decreto-Lei n.º 180/98, de 3 de Julho.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 337/2007, DR Série I. 196 (2007-10-11).</p> <p>Altera o Decreto-Lei n.º 51/2004, de 10 de Março, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/11/CE, da Comissão, de 21 de Fevereiro, 2007/27/CE, da Comissão, de 15 de Maio, e 2007/28/CE, da Comissão, de 25 de Maio, que alteram a Directiva n.º 86/363/CE, do Conselho, de 24 de Julho, que fixa os teores máximos de resíduos de determinados pesticidas à superfície e no interior dos cereais, dos géneros alimentícios de origem animal e de determinados produtos de origem vegetal, na parte relativa aos géneros alimentícios de origem animal.</p> <p>128. Saúde mental</p> <p>PORTARIA n.º 1373/2007, DR Série I. 202 (2007-10-19).</p> <p>Cria o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.</p> <p>PORTARIA n.º 1580/2007, DR Série I. 239 (2007-12-12).</p> <p>Cria o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra.</p> <p>DESPACHO n.º 660/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 4 (2008-01-07).</p> <p>Nomeação, em comissão de serviço, para o exercício das funções de presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 49/2008, DR Série I. 47 (2008-03-06).</p> <p>Aprova o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016).</p> <p>129. Saúde oral</p> <p>DESPACHO n.º 4324/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 35 (2008-02-19).</p>	<p>Alargamento do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral.</p> <p>130. Saúde publica</p> <p>DESPACHO n.º 3434/2008, Ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Saúde, DR Série II. 30 (2008-02-12).</p> <p>Criação de Comissão de Acompanhamento da Gripe das Aves.</p> <p>131. Sector empresarial do Estado</p> <p><i>V. Hospitais.</i></p> <p>132. Segurança rodoviária</p> <p>DECRETO-LEI n.º 336/2007, DR Série I. 196 (2007-10-11).</p> <p>Aprova o Regulamento Referente aos Bancos, à sua Fixação e aos Apoios de Cabeça dos Automóveis, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 342/2007, DR Série I. 198 (2007-10-15).</p> <p>Aprova o Regulamento Relativo às Fixações dos Cintos de Segurança dos Automóveis, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro.</p> <p>133. Seguros</p> <p>DECRETO-LEI n.º 359/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02).</p> <p>Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, que estabelece o regime jurídico do acesso e do exercício da actividade de mediação de seguros ou de resseguros.</p> <p>REGULAMENTO n.º 313/2007, Instituto de Seguros de Portugal, DR Série II. 221 (2007-11-16).</p> <p>Norma n.º 15/2007-R, de 25 de Outubro: operacionaliza o regime de processamento e pagamento das contribuições previstas nas alíneas <i>a)</i> e <i>b)</i> do n.º 1 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto (Fundo de Garantia Automóvel).</p>	<p>DECRETO-LEI n.º 384/2007, DR Série I. 222 (2007-11-19).</p> <p>Cria o dever de informação do segurador ao beneficiário dos contratos de seguros de vida, de acidentes pessoais e das operações de capitalização com beneficiário em caso de morte, bem como cria um registo central destes contratos de seguro e operações de capitalização.</p> <p>134. Segurança social</p> <p>DECRETO-LEI n.º 367/2007, DR Série I. 211 (2007-11-02).</p> <p>Estabelece o quadro do financiamento do sistema de segurança social.</p> <p>DESPACHO n.º 25743/2007, Secretário de Estado da Segurança Social, DR Série II. 217 (2007-11-12).</p> <p>Definição do valor do subsídio mensal a atribuir às famílias de acolhimento de crianças e jovens.</p> <p>DESPACHO n.º 25828/2007, Secretário de Estado da Segurança Social, DR Série II. 218 (2007-11-13).</p> <p>Definição do valor da comparticipação mensal a atribuir às amas pelo acolhimento de crianças.</p> <p>AVISO n.º 379/2007, DR Série I. 223 (2007-11-20).</p> <p>Torna público ter sido assinado em Cabo Verde, em 25 de Julho de 2007, o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção sobre a Segurança Social, de 10 de Abril de 2001, entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 397-A/2007, DR Série I, 2.º Suplemento. 251 (2007-12-31).</p> <p>Aprova a orgânica da Casa Pia de Lisboa, I. P.</p> <p>PORTARIA n.º 1637-A/2007, DR Série I, 2.º Suplemento. 251 (2007-12-31).</p> <p>Aprova os estatutos da Casa Pia de Lisboa, I. P.</p> <p>PORTARIA n.º 9/2008, DR Série I. 2 (2008-01-03).</p> <p>Procede à actualização anual do valor do indexante dos apoios sociais, à actualização das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social e ao aumento extraordinário para o ano de 2008, previsto no n.º 1 do</p>
--	---	--

artigo 11.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro.

PORTARIA n.º 24/2008, DR Série I. 7 (2008-01-10).

Dispensa a apresentação dos meios de prova (requerimento) relativos às relações familiares ou equiparadas.

DESPACHO n.º 5266-A/2008, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, DR Série II, Suplemento. 40 (2008-02-26).

Aprova o aviso de abertura de candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 10/2008, DR Série I. 56 (2008-03-19).

Acompanhamento da situação de pobreza em Portugal.

V. Aposentações, Cuidados Continuados Integrados, Educação, Idosos e Protecção dos trabalhadores.

135. Serviço Nacional de Saúde

V. Centros de saúde, Cirurgia, Contratos programa, Convenções, Diabetes, Diálise, Emergências, Empreitadas, Oftalmologia, Oncologia, Saúde mental, Saúde oral e Urgências.

136. Sida

DESPACHO n.º 27504/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 236 (2007-12-07).
Cria o Conselho Nacional para a Infecção VIH/sida, o qual é o instrumento de coordenação e acompanhamento das políticas públicas de prevenção e controlo da infecção VIH desenvolvidas sectorialmente.

PORTARIA n.º 1584/2007, DR Série I. 240 (2007-12-13).

Aprova o Regulamento para o Financiamento de Projectos e Acções no Âmbito do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH/Sida — Programa ADIS.

DECLARAÇÃO (extracto) n.º 90/2008, Direcção-Geral da Segurança Social, DR Série II. 49 (2008-03-10).

Registo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social

Abraço — Associação de Apoio a Pessoas com VIH/Sida.

137. Subsistemas de saúde

PORTARIA n.º 1402/2007, DR Série I. 207 (2007-10-26).

Define o regime jurídico aplicável aos beneficiários extraordinários do subsistema de saúde dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 115-C/2007, de 27 de Dezembro.

138. Substâncias perigosas

DECRETO-LEI n.º 391-B/2007, DR Série I, Suplemento. 247 (2007-12-24).

Altera o Decreto-Lei n.º 124-A/2004, de 26 de Maio, que regula o transporte ferroviário de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/89/CE, da Comissão, de 13 de Setembro, e 2004/110/CE, da Comissão, de 9 de Dezembro, que adaptam, respectivamente, pelas 5.ª e 6.ª vezes ao progresso técnico a Directiva n.º 96/49/CE, do Conselho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes ao transporte ferroviário de mercadorias perigosas.

139. Substâncias psicotrópicas

V. Condução sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas.

140. Tabaco

PORTARIA n.º 1295/2007, DR Série I. 189 (2007-10-01).

Aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufacturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional.

DESPACHO n.º 27 854/2007, Director Geral da Saúde, DR Série II. 238 (2007-12-11).

Criação do grupo técnico consultivo que visa prestar assessoria técnica e colaboração na definição e implementação de programas e outras iniciativas no domínio da prevenção e controlo do tabagismo.

PORTARIA n.º 1630/2007, DR Série I. 251 (2007-12-31).

Aprova o sistema de controlo declarativo-contabilístico dos entrepostos de produção de tabacos manufacturados.

PORTARIA n.º 243-A/2008, DR Série I, Suplemento. 58 (2008-03-24).

Altera a Portaria n.º 1295/2007, de 1 de Outubro, que aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufacturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional.

141. Tabela nacional de incapacidades

DECRETO-LEI n.º 352/2007, DR Série I. 204 (2007-10-23).

Aprova a nova Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, revogando o Decreto-Lei n.º 341/93, de 30 de Setembro, e aprova a Tabela Indicativa para a Avaliação da Incapacidade em Direito Civil.

142. Taxas moderadoras

PORTARIA n.º 1637/2007, DR Série I. 251 (2007-12-31).

Actualiza as taxas moderadoras constantes da tabela anexa à Portaria n.º 395-A/2007, de 30 de Março.

143. Tecidos humanos

ANÚNCIO (extracto) n.º 7379/2007, Associação Portuguesa de Banco de Tecidos e Engenharia de Tecidos Humanos, DR Série II. 210 (2007-10-31).

Constituição da associação denominada PATEB — Associação Portuguesa de Banco de Tecidos e Engenharia de Tecidos Humanos.

ANÚNCIO (extracto) n.º 7507-A/2007, Association For The Advancement Of Tissue Engineering And Cell Based Technologies & Therapies (A4tec) — Associação, DR. Série II, Suplemento. 213 (2007-11-06).

Constituição da Association for The Advancement of Tissue Engineering and Cell Based Technologies & Therapies (A4TEC) — Associação.

<p>144. Termas</p> <p>DESPACHO n.º 8045/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 55 (2008-03-18). Atribui às termas de Longroiva as indicações terapêuticas seguintes: <i>a)</i> Doenças do aparelho respiratório; <i>b)</i> Doenças reumáticas e músculo-esqueléticas.</p> <p>DESPACHO n.º 8046/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 55 (2008-03-18). Atribui às termas de Monte Real a indicação terapêutica seguinte: <i>a)</i> doenças do aparelho respiratório.</p> <p>DESPACHO n.º 8047/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 55 (2008-03-18). Atribui às Caldas de Cró as indicações terapêuticas seguintes: <i>a)</i> doenças do aparelho respiratório; <i>b)</i> doenças reumáticas e músculo-esqueléticas.</p> <p>DESPACHO n.º 8048/2008, Ministra da Saúde, DR Série II. 55 (2008-03-18). Atribui às termas do Gerês a indicação terapêutica seguinte: <i>a)</i> doenças reumáticas e músculo-esqueléticas.</p> <p>145. Toxicodpendência</p> <p><i>V. Condução sob a influência do álcool e Ministério da Saúde.</i></p> <p>146. Tráfico de seres humanos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 368/2007, DR Série I. 212 (2007-11-05). Define o regime especial de concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 109.º e o n.º 2 do artigo 111.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.</p> <p>DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 9/2008, DR Série I. 9 (2008-01-14). Ratifica a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005.</p> <p>RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 1/2008, DR Série I. 9 (2008-01-14). Aprova a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005.</p>	<p>147. Transplante de órgãos e tecidos de origem humana</p> <p>DESPACHO n.º 26951/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 227 (2007-11-26). Criação e constituição da Entidade de Verificação da Admissibilidade da Colheita para Transplante.</p> <p><i>V. Delegação de competências e Ministério da Saúde.</i></p> <p>148. Tribunais</p> <p>PORTARIA n.º 1375/2007, DR Série I. 204 (2007-10-23). Altera a Portaria n.º 1433-A/2006, de 29 de Dezembro, que regula o pagamento de custas e multas processuais.</p> <p>AVISO n.º 22703/2007, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, DR Série II. 223 (2007-11-20). Regime de organização de turnos para assegurar o serviço urgente previsto no Código de Processo Penal, na Lei de Saúde Mental e na Lei Tutelar Educativa.</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 172/2007, DR Série I. 213 (2007-11-06). Aprova medidas de descongestionamento dos tribunais judiciais.</p> <p>LEI n.º 1/2008, DR Série I. 9 (2008-01-14). Aprova a abertura de um concurso excepcional de recrutamento de magistrados para os tribunais administrativos e fiscais e procede à terceira alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.</p> <p>LEI n.º 2/2008, DR Série I. 9 (2008-01-14). Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários e procede à quarta alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.</p> <p>PORTARIA n.º 114/2008, DR Série I. 26 (2008-02-06). Regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais.</p>	<p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 27/2008, DR Série I. 33 (2008-02-15). Autoriza a realização de despesa para a prestação de serviços postais judiciais e ratifica todos os actos praticados no âmbito do procedimento administrativo correspondente.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 30/2008, DR Série I. 39 (2008-02-25). Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho, que aprova o regime jurídico do contrato de locação financeira, visando evitar acções judiciais desnecessárias de acordo com as medidas de descongestionamento dos tribunais aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 26 de Novembro.</p> <p>149. Tribunal Penal Internacional</p> <p>AVISO n.º 18/2008, DR Série I. 18 (2008-01-25). Torna público ter Portugal depositado, em 3 de Outubro de 2007, o instrumento de ratificação do Acordo sobre os Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, feito em Nova Iorque em 9 de Setembro de 2002, com uma declaração.</p> <p>150. União europeia</p> <p>PORTARIA n.º 1612-A/2007, DR Série I, Suplemento. 245 (2007-12-20). Aprova o Regulamento de Concessão da Medalha de Mérito Liberdade e Segurança na União Europeia.</p> <p>PORTARIA n.º 233/2008, DR Série I. 51 (2008-03-12). Altera a Portaria n.º 1612-A/2007, de 20 de Dezembro, que aprovou o Regulamento de Concessão da Medalha de Mérito Liberdade e Segurança na União Europeia.</p> <p><i>V. Estrangeiros.</i></p> <p>151. Unidades de saúde familiar</p> <p>PORTARIA n.º 1368/2007, DR Série I. 201 (2007-10-18). Aprova a carteira básica de serviços e os princípios da carteira adicional de serviços das unidades de saúde familiar (USF).</p>
---	--	--

<p>DESPACHO n.º 24 101/2007, Ministro da Saúde, DR Série II. 203 (2007-10-22). Aprova a lista de critérios e a metodologia que permitem classificar as unidades de saúde familiar em três modelos de desenvolvimento, A, B e C.</p> <p>152. Universidades</p> <p>REGULAMENTO n.º 318/2007, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, DR Série II. 228 (2007-11-27). Regulamenta os processos de transferências e reingresso na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.</p>	<p>PORTARIA n.º 1211/2007, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DR Série II. 249 (2007-12-27). Define as áreas científicas dos Conselhos Científicos da FCT, I.P.</p> <p><i>V. Ensino superior e Graus académicos.</i></p> <p>153. Urgências</p> <p>DESPACHO n.º 5414/2008, Ministro da Saúde, DR Série II. 42 (2008-02-28). Define e classifica os serviços de urgência que constituem os pontos da rede de referência urgência/emergência.</p> <p><i>V. Centros de saúde e Hospitais.</i></p>	<p>154. Utilidade pública</p> <p>DECRETO-LEI n.º 391/2007, DR Série I. 240 (2007-12-13). Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, introduzindo mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração de utilidade pública. Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 5-B/2008, de 11 de Fevereiro.</p> <p>155. Voluntariado</p> <p>ANÚNCIO n.º 8540/2007, Federação Nacional de Voluntariado em Saúde, DR Série II. 245 (2007-12-20). Constituição da federação sem fins lucrativos denominada Federação Nacional de Voluntariado em Saúde.</p>
---	--	--